

HUGO LEONARDO MENEZES DE CARVALHO
ANDREA MENDONCA DA SILVA BASTOS
EVILSON RAIMUNDO BRAGA CAMPOS
LUCIANA DE CARVALHO REIS GOMES
SÉRGIO ROBERTO PINTO
EVANDRO ABREU FIGUEIREDO FILHO
PAULO SALGADO ZENHA CARNEIRO
(Organizadores)



ESTUDOS CONTÁBEIS EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA



VOLUME 01





ESTUDOS CONTÁBEIS EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUME 01

HUGO LEONARDO MENEZES DE CARVALHO
ANDREA MENDONCA DA SILVA BASTOS
EVILSON RAIMUNDO BRAGA CAMPOS
LUCIANA DE CARVALHO REIS GOMES
SÉRGIO ROBERTO PINTO
EVANDRO ABREU FIGUEIREDO FILHO
PAULO SALGADO ZENHA CARNEIRO
(Organizadores)

EDITORA PASCAL

2023

2023 - Copyright© da Editora Pascal

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Soyamar Barros Gomes

Edição de Arte: Soyamar Barros Gomes

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo J. Barbosa Brandão

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

E82c

Coletânea Estudos Contábeis em Iniciação Científica / Hugo Leonardo Menezes de Carvalho, Andrea Mendonça da Silva Bastos, Evilson Raimundo Braga Campos, Luciana de Carvalho Reis Gomes, Sergio Roberto Pinto, Evandro Abreu Figueiredo Filho, Paulo Salgado Zenha Carneiro (Orgs) - São Luís: Editora Pascal, 2023.

56 f. : il.: (Estudos Contábeis em Iniciação Científica; v. 1)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-004-3

D.O.I.: 10.29327/5316881

1. Ciências Contábeis. 2. Pesquisa Científica. 3. Iniciação Científica. I. Carvalho, Hugo Leonardo Menezes de. II. Bastos, Andrea Mendonça da Silva. III. Campos, Evilson Raimundo Braga. IV. Gomes, Luciana de Carvalho Reis. V. Pinto, Sergio Roberto. VI. Figueiredo Filho, Evandro Abreu. VII. Carneiro, Paulo Salgado Zenha. VIII. Título.

CDU: 657+001.891:167



PREFÁCIO

Este livro foi elaborado especialmente no contexto do fomento às pesquisas em contabilidade desenvolvidas por alunos da Universidade Ceuma em parceria com seus professores especialistas de reconhecida notoriedade acadêmica em sua área disciplinar. Seu objetivo é evidenciar para a comunidade acadêmica os resultados obtidos em diversas áreas do conhecimento contábil a partir de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas nas disciplinas do curso de ciências contábeis da Instituição.

Esse processo de produção acadêmica tem especial conotação na Disciplina de Pesquisas em Contabilidade, bem como nos projetos integradores e avaliativos disciplinares ocorridos ao longo da execução curricular discente.

Os temas contemplados nessa obra envolvem aspectos de contabilidade pública, comercial, aplicabilidade no terceiro setor, tributação, percepção dos discentes em relação à carreira contábil e a atuação do profissional no contexto da pandemia de Covid. Para tanto foram utilizadas metodologias diferenciadas, qualitativas e quantitativas, demonstrando a diversidade de práticas e fundamentos que são visualizadas durante curso.

Deste modo, considerando o perfil do discente e da própria tecnicidade contábil, com poucos programas de fomento à pesquisa se comparado a outras áreas de conhecimento, essa iniciativa é um exemplo de interesse, dedicação e preocupação em robustecer o pilar da pesquisa essencial em uma Universidade e na apresentação de uma possibilidade profissional aos discentes. É ainda uma forma de premiar o zelo e a qualidade da produção realizada, sendo, portanto, um importante comprovante de atuação acadêmica.

Com essa iniciativa, fortalecemos os debates de temas essenciais ao conhecimento contábil e fortalecemos as pesquisas necessárias e inerentes ao curso, sendo inclusive modelo de replicações futuras de publicações dessa natureza, contribuindo, além da teoria, para aspectos práticos de entendimento sobre a realidade local e nacional.

Hugo Leonardo Menezes de Carvalho

Prof. Dr. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| PREFÁCIO | 4 |
| CAPÍTULO 01 - CONTABILIDADE PÚBLICA..... | 7 |
| DIFERENÇAS ENTRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E O ORÇAMENTO EMPRESARIAL | 8 |
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 11 |
| 2.1 Planejamento e controle | 11 |
| 2.2 O Orçamento: definição | 12 |
| 2.3 Orçamento público e orçamento empresarial: aspectos gerais | 12 |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 15 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 16 |
| 5. CONCLUSÕES | 20 |
| REFERÊNCIAS | 21 |
| | |
| CAPÍTULO 02 - CONTABILIDADE SOCIAL | 22 |
| UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE RETORNO DE BEM-ESTAR À SOCIEDADE E A CARGA TRIBUTÁRIA DOS PAÍSES DO G20..... | 23 |
| 1. INTRODUÇÃO | 24 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 25 |
| 2.1 CARGA TRIBUTARIA..... | 25 |
| 2.1.1 PIB | 26 |
| 2.2 IRBES | 27 |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 28 |
| 3.1 Definição da Amostra e Coleta dos Dados | 28 |
| 3.2 Especificação do Modelo | 28 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 29 |
| 4.1 Análise Descritiva..... | 29 |
| 4.2 Análise das Correlações | 30 |
| 4.3 Análise dos Resultados da Regressão | 31 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| REFERÊNCIAS | 33 |
| | |
| CAPÍTULO 02 - MERCADO DE TRABALHO..... | 34 |
| A COMPREENSÃO DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO CURRICULAR | 35 |

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 36 |
| 2. DESENVOLVIMENTO..... | 37 |
| 2.1 Estágio do futuro contador e o domínio dos principais instrumentos..... | 37 |
| 2.2 Leis Direcionados ao Estágio..... | 37 |
| 3. METODOLOGIA..... | 40 |
| 4. RESULTADO..... | 41 |
| 5. DISCUSSÃO | 53 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 54 |
| REFERÊNCIAS: | 55 |



CAPÍTULO 01

CONTABILIDADE PÚBLICA



DIFERENÇAS ENTRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E O ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Ana Carolina Boás Souza Rodrigues¹

Andrey Pereira Costa²

Bruna Silva Moraes Pereira³

Daysiane Sousa Everton⁴

Delton Thiago Nogueira Aroucha⁵

Luzia Porto Paixão⁶

Monica Pereira da Hora⁷

Nathalia de Oliveira Botelho⁸

RESUMO

O orçamento consiste em um importante instrumento de controle e planejamento para as entidades públicas e empresariais. Contudo há diferenciações entre os tipos de orçamento adotados no setor público e privado. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever as diferenças entre o orçamento público e orçamento empresarial. Utilizou-se para esta finalidade a metodologia bibliográfica e exploratória, com autores que abordassem a temática proposta, com a inclusão na revisão bibliográfica de livros e trabalhos científicos, como dissertações e artigos científicos, publicados no período de 2008 a 2021. Na literatura analisada, foram identificadas como diferenças entre o orçamento público e o orçamento privado: natureza; exigência legal; etapas do processo orçamentário; rigidez orçamentária; finalidade dos orçamentos; principal função do orçamento; período de abrangência. Constatou-se que apesar de suas diferenciações, o orçamento torna-se um instrumento essencial para uma entidade, quer ela seja pública, quanto privada.

Palavras-chave: Orçamento público. Orçamento empresarial. Contabilidade.

d.o.i.: [10.29327/5316881.1-1](https://doi.org/10.29327/5316881.1-1)

- 1 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 002445.
- 2 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 003589.
- 3 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 004338.
- 4 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 005365.
- 5 Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 005446.
- 6 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 011328.
- 7 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 012792.
- 8 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma, RA: 012998.

DIFFERENCES BETWEEN THE PUBLIC BUDGET AND THE BUSINESS BUDGET

ABSTRACT

The budget is an important control and planning tool for public and business entities. However, there are differences between the types of budget adopted in the public and private sectors. In this sense, this study aimed to describe the differences between the public budget and business budget. For this purpose, the bibliographic and exploratory methodology was used, with authors who addressed the proposed theme, with the inclusion in the bibliographic review of books and scientific papers, such as dissertations and scientific articles, published from 2008 to 2021. In the literature analyzed, Differences between the public and private budgets were identified: nature; legal requirement; stages of the budget process; budgetary rigidity; purpose of budgets; main function of the budget; coverage period. It was found that despite its differences, the budget becomes an essential instrument for an entity, whether it is public or private.

Keywords: Public budget. Business budget. Accounting.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência essencial para as organizações, existindo para possibilitar o controle e verificação do patrimônio das entidades, evoluindo à medida que se precisava de uma melhor averiguação da situação patrimonial de determinada organização.

Esta ciência produz informações, que possibilitam verificar a situação financeira e econômica de uma entidade em um dado momento, visam atender seus variados usuários para que os mesmos possam tomar decisões que considerarem necessárias.

Um orçamento é uma previsão de receitas e despesas em um período futuro especificado. Os orçamentos são utilizados por empresas e governos, tornando-se parte integrante da gestão de uma empresa (pública ou privada) de forma eficiente.

O contador é de suma importância para a elaboração do orçamento, pois embora existam outros responsáveis pelo planejamento, no caso dos estabelecimentos públicos, compete a este a equação de textos e anexos ao idioma contábil, à luz dos princípios, das normas e das determinações legais.

No caso do orçamento público, este é atrelado aos governos (federal, estadual e municipal), que possuem gastos obrigatórios. Ou seja, eles têm leis que exigem que eles gastem em determinados programas, como previdência social, programa de bem-estar e assim por diante.

O processo de orçamento para as empresas pode ser desafiador, pois serve como um plano de ação para os gestores e também como um ponto de comparação no final do período, especialmente se os clientes não pagam no prazo ou a receita e as vendas são intermitentes. Existem vários tipos de orçamentos que as empresas usam, incluindo orçamentos operacionais e orçamentos mestre, bem como orçamentos estáticos e flexíveis.

A realização do orçamento é necessária para todas as empresas, pois promove o planejamento e controle e suas ações. Porém, o processo orçamentário diferencia-se no setor público e setor privado.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo descrever as diferenças entre o orçamento público e orçamento empresarial.

O presente estudo inicialmente apresenta um referencial teórico, discorrendo sobre o planejamento e controle. Explana-se sobre a definição do orçamento. Discorre-se sobre os aspectos gerais do orçamento público e orçamento empresarial.

Posteriormente relata-se sobre os procedimentos metodológicos, com a apresentação da pesquisa utilizada e os materiais coletados para o seu desenvolvimento, assim como os critérios de inclusão exclusão.

Na etapa seguinte do estudo são apresentados os resultados e discussão com as diferenças entre orçamento público e orçamento privado.

Finaliza-se o artigo com considerações sobre os principais pontos encontrados no estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO E CONTROLE

Toda empresa, pública ou privada necessita de planejamento e controles adequados, visando atender os objetivos traçados pela organização. Leite et al. (2008) enfatizam que o planejamento e o controle são essenciais no processo de gestão e para a continuidade das organizações.

De acordo com Frezatti (2017, p. 7):

“Planejar consiste em decidir antecipadamente o que deve ser feito. Toda empresa planeja em alguma intensidade. Algumas se voltam para o longo, médio e curto prazos, outras, nem tanto.”

O planejamento, de acordo com Padoveze (2012, p. 101), “[...] é uma estratégia para aumentar as chances de sucesso de um empresa”. Neste sentido, Lima e al. (2008) enfatizam que todas as empresas (pública e privadas, pequenas e grandes) devem ter o planejamento como chave de sua gestão, onde todas as organizações realizam planejamento, apesar de que em algumas este processo não ser formalizado.

Desta forma, o planejamento visa nortear as ações da empresa, possibilitando aos gestores utilizarem suas informações de forma adequada para que tragam benefícios e crescimento organizacional, devendo contemplar as posições atual e futura da empresa, para se de atingir os objetivos e as metas traçados.

O controle visa verificar o andamento das ações em uma empresa, fazendo com que as mesmas atendam a finalidade para que foram planejadas. Padoveze (2012, p. 112), relata que a característica da contabilidade é essencialmente de uma ciência de controle. Entretanto, torna-se importante enfatizar que o conceito de controle contábil não é conceito somente de controle *posteriori*. Ressalta ainda que: “A função contábil na empresa e, conseqüentemente, sua grande importância, implica em processo de acompanhamento e controle que perpassa todas as fases do processo decisório e de gestão e, seguramente, as etapas do planejamento”.

Ludícibus (2020) relata que o controle envolve um processo que possibilita à administração se certificar de que a organização está agindo de conformidade com os planos e políticas traçados pela administração. Sendo que as informações contábeis tornam-se um meio de controle à medida que fornece comunicação, por meio de seus relatórios contábeis, informando à organização sobre os planos e políticas da administração, assim como das formas de comportamento ou ação que a administração deseja atribuir à organização.

O controle consiste em dominar as ações que envolvem as finanças da empresa, estabelecendo um ponto de equilíbrio entre gastos necessários e receitas, buscando-se também maximizar os lucros para prover investimentos, gerando o crescimento organizacional.

Como importante instrumento do planejamento e controle, tem-se o orçamento, que na concepção de Leite et al. (2008) é considerado como o elo entre o planejamento e o controle.

O orçamento ao ser aprovado é registrado no sistema de orçamentos, e as atividades são executadas pautadas nos valores planejados (CODESSO, 2014; HOJI,

2018).

2.2 O ORÇAMENTO: DEFINIÇÃO

O orçamento compreende uma estimativa de um gasto para realizar determinado investimento em um setor específico. Marion e Ribeiro (2011, p. 178), definem:

Orçar significa estimar, prognosticar, calcular, computar, esmar. [...] o orçamento nada mais é do que uma relação dos materiais ou dos serviços com os respectivos preços, podendo ou não conter outras previsões [...] Nas organizações, o orçamento não se restringe a uma simples relação de bens ou de serviços com seus respectivos preços. Constitui importante ferramenta de gestão.

Na verdade, o orçamento para as organizações, sejam elas públicas ou privadas, tenham ou não finalidade lucrativa, pode ser entendido como um “plano de ação”.

Corroborando com entendimento acima, Frezatti (2017, p. 41) sintetiza, que o orçamento é “[...] um plano financeiro para implementar a estratégia da empresa em determinado exercício”.

Marion e Ribeiro (2011) enfatizam que as entidades alcançarão maiores sucessos ao executarem as suas tarefas apoiadas em previsões orçamentárias bem-definidas, onde a adoção do orçamento torna-se indispensável para se atingir as metas desejadas da melhor maneira possível.

Para Padoveze (2012, p. 264) o orçamento se constitui em um “[...] sistema de mensuração econômica do planejamento das operações da empresa para um determinado período, em nível global e setorial, com o objetivo de coordenar e controlar essas operações e o resultado planejado”.

Portanto, pode-se dizer, que o orçamento requer um planejamento adequado, verificando quais ações serão realizadas futuramente, buscando investimentos ou aquisições de produtos, serviços, mão-de-obra, entre outros, dentro do ambiente de uma entidade pública ou privada. Pode-se classificar o orçamento tanto público quanto empresarial.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO E ORÇAMENTO EMPRESARIAL: ASPECTOS GERAIS

No que se refere ao orçamento público, este é adotado exclusivamente pela Administração Pública (União, estados, distrito federal e municípios), sendo obrigatoriamente realizado nas três esferas do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), que visa a previsão ou estima todas as receitas a serem arrecadadas e fixa as despesas a serem realizadas no exercício financeiro seguinte (CARVALHO, 2010).

O orçamento público constitui-se em um instrumento de controle preventivo que assinala o caminho a ser seguido pela Administração Pública, proporcionando-lhe a necessária autorização para arrecadar e gastar dentro dos limites que se contém no próprio orçamento, devendo atender o planejamento realizado, durante determinado período (LIMA, 2018).

Complementando, Crepaldi e Crepaldi (2013) mencionam que o orçamento público consiste em um instrumento de planejamento da ação governamental, onde o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, e um determinado período a

efetivar despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros

fins, adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas pela legislação. Contudo, não veda a arrecadação do tributo legalmente criado, sem prévia inclusão orçamentária, ou seja, expressa o instrumento que documenta a atividade financeira do Estado, contendo a receita e o cálculo das despesas autorizadas para o funcionamento dos serviços públicos e outros fins projetados pelos governos.

Com base no entendimento acima, Lima (2018) enfatiza que a finalidade do orçamento público compreende em atender, durante determinado período, os planos e programas de trabalho desenvolvidos pela Administração Pública, por meio da planificação de receitas a serem obtidas e dos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade.

No mesmo entendimento acima, Crepaldi e Crepaldi (2013) enfatizam que o orçamento público consiste em uma peça técnica que demonstra as contas públicas para um estimado período, contendo a discriminação da receita e da despesa, demonstrando a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo. Desta forma, o orçamento público consiste em um instrumento fundamental à administração Pública, constituindo-se também na base para o planejamento das atividades futuras, pois auxilia o Executivo na sua organização; proporciona ao Legislativo as bases em que se processam a previsão da receita e da fixação das despesas; fornece à administração a oportunidade de exercer um controle mais efetivo e real; serve de base para a tomada de contas (CREPALDI; CREPALDI, 2013).

No que se refere ao orçamento empresarial, este é utilizado por empresas com finalidades lucrativas, consistindo em um documento formal onde as partes manifestam concordância em pagar e receber, dentro de um prazo estabelecido, determinado valor mediante a entrega, também dentro de um prazo determinado, de certos produtos ou serviços (HOJI, 2018).

Como principais vantagens do orçamento empresarial, Hoji (2018, p. 13) lista:

- Fixação de objetivos e políticas para unidades de responsabilidade: introduz os gestores ao hábito de exame prévio e minucioso dos objetivos, diretrizes e políticas sob suas responsabilidades na tomada de decisões importantes.
- Decisões mais acertadas: com base em resultados econômicos e financeiros projetados com critérios e premissas adequadas, importantes decisões financeiras são tomadas com maior grau de acerto.
- Maior participação dos gestores: aumenta o grau de participação dos gestores na fixação de objetivos e metas, forçando a comunicação vertical e horizontal.
- Cria padrões de desempenho: objetivos e metas específicas, dentro de padrões de desempenho comprovados (benchmarks), facilitam a visualização de quanto e quando eles serão atingidos.
- Autoridades e responsabilidades: metas e objetivos

definidos facilitam a delegação de poderes e a atribuição de responsabilidades.

- Melhoria do desempenho: a visão sistêmica das operações ajuda a identificar os pontos de eficiência, eficácia ou ineficiência, melhorando o desempenho das unidades.
- Recursos bem geridos: os gestores tendem a melhorar a utilização dos recursos, bem como ajustá-los às atividades prioritárias.
- Controles objetivos: os controles gerenciais tornam-se mais objetivos e auxiliam a atingir as metas.
- Motivação: motiva os colaboradores em todos os níveis da organização, e as metas podem servir de base para a remuneração variável.

Cabe comentar, que as organizações utilizam os orçamentos conforme suas diversas necessidades de obter informações e direcionar suas variadas ações, atuais ou futuras. Um orçamento empresarial possibilita a elaboração de planos e planejamento de ações da empresa, que abrangem variadas operações nas suas distintas áreas e que servem para que ela tome decisões corretas sobre seus negócios e resultados. Os orçamentos empresariais não são utilizados em vários processos de uma empresa, ou seja, além da área financeira, são também usados na área administrativa, comercial, marketing, produção, distribuição de produtos, pós-vendas, entre outras. (PAMPOLINI JUNIOR, 2012).

Os tipos mais comuns de orçamentos que as organizações utilizam para prever seus números com precisão, compreendem o orçamento estático e o orçamento flexível.

O orçamento estático é um orçamento com números baseados em entradas e saídas planejadas para cada uma das divisões da empresa. De acordo com Padoveze (2012, p. 203): “É o mais comum [...] a administração do sistema não permite nenhuma alteração nas peças orçamentárias”.

De acordo com Hoji (2018) o orçamento estático é geralmente o mais utilizado pelas organizações, que determina quanto tem e quanto vai gastar. Ao ser elaborado não pode mais ser modificado, portanto, todas as variações entre o valor orçado e o real devem ser justificadas pelos gestores.

Um orçamento flexível é um orçamento que contém números variáveis. Hoji (2018, p. 17) discorre que ele é também denominado de orçamento variável, compreendendo “[...] um tipo de orçamento em que são feitas projeções com diversos níveis de atividade [...] os valores realizados podem se enquadrar em qualquer nível de atividade orçado”. Relata ainda que este tipo de orçamento dificulta a continuidade do processo orçamentário, pois contraria o fundamento do orçamento, que é antecipar o que vai acontecer.

Padoveze (2012) menciona que neste tipo de orçamento, é realizado somente o orçamento dos dados unitários, e as quantidades a serem assumidas seriam as que realmente acontecem, existindo variadas metas, com diferentes quantidades ou níveis de atividade esperados. Desta forma, quando os valores efetivos ocorrerem dentro de qualquer nível de atividade projetado, o objetivo orçamentário terá sido atingido.

Portanto, os orçamentos flexíveis ou variáveis ajudam no planejamento tanto baixo quanto alto rendimento para ajudar a se preparar independentemente do resultado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi bibliográfica e exploratória. Gil (2017) discorre que a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, apresentando como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar.

Já a pesquisa exploratória visa principalmente desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, envolvendo geralmente levantamento bibliográfico e documental (GIL, 2017).

A pesquisa bibliográfica constitui-se no primeiro passo de toda pesquisa científica, a qual compreende oito fases: a escolha do tema, a elaboração do plano de trabalho, a identificação do assunto pertinente ao tema, a localização das fichas bibliográficas, a compilação que se refere a reunião de todo o material coletado, o fichamento e a análise e interpretação do material bibliográfico (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Na elaboração da pesquisa foram ainda coletados dados em sites de busca do Google Scholar e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por entender que estas plataformas permitem o contato com diversas pesquisas relevantes.

Foram incluídos na revisão bibliográfica livros e trabalhos científicos, como dissertações e artigos científicos, publicados no período de 2008 a 2021, na língua portuguesa. Sendo, portanto, excluídos aqueles trabalhos que estiverem no período anterior a 2008, assim como textos incompletos.

O referencial teórico e resultados e discussão foram realizados por meio de uma leitura dos textos selecionados, de forma exploratória e interpretativa, com o intuito de buscar justificativa e significados nas ideias de cada autor, assim como similaridades ou diferenças em seus resultados de pesquisa em conformidade do que será exposto no proposto trabalho. As obras consultadas serão separadas e fichadas. Diante da interpretação dessas ideias, será formulado o artigo científico.

O estudo foi realizado por meio de técnicas interpretativas, com a finalidade de solucionar o problema proposto no estudo. Utilizou-se ainda a análise de conteúdo, que, de acordo com Gil (2017, p. 152) consiste em uma “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”, desenvolvendo-se em três fases: pré-análise (etapa de organização, iniciando-se com os primeiros contatos com os documentos, posteriormente com a escolha dos documentos, à de hipóteses e preparação do material para análise); exploração do material (administração sistemática das decisões tomadas na pré-análise, com o recorte - escolha das unidades, enumeração - escolha das regras de contagem e classificação - escolha de categoria); tratamento dos dados, inferência e interpretação (tornam os dados válidos e significativos).

Na fase inicial da pesquisa, houve a catalogação de obras que abordassem a temática em consideração, assim como os seu objetivo traçado, analisando-se seus respectivos sumários e resumos. Em uma fase posterior, procedeu-se a leitura exploratória dos textos catalogados, a fim de ponderar a relevância do material para o estudo.

Na etapa seguinte, selecionou-se o material pesquisado, com a correlação dos textos analisados com os objetivos traçados na pesquisa, realizando-se a leitura interpretativa da literatura catalogada, com posterior redação do artigo científico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os orçamentos, tanto público quanto empresarial possuem características, fundamentos e princípios que são absolutamente iguais, onde precisam cumprir com requisitos de atuação pautados pela ética, pelo bom senso, pelo respeito aos critérios de informação para obter os melhores resultados possíveis, visando os melhores resultados. No entanto, há algumas diferenças sobre as formas e as maneiras de como tratar os orçamentos públicos (PAMPOLINI JUNIOR, 2012).

Na literatura analisada, pode-se identificar como diferenças entre o orçamento público e o orçamento privado: Na literatura analisada, pode-se identificar como diferenças entre o orçamento público e o orçamento privado: natureza; exigência legal; etapas do processo orçamentário; rigidez orçamentária; finalidade dos orçamentos; principal função do orçamento; período de abrangência, conforme discorrido a seguir.

No que se refere à natureza do orçamento, os governos são autoridades tributárias e, portanto, não são vulneráveis às leis de oferta e demanda e à concorrência de mercado. Neste contexto, o orçamento é visto como o resultado do processo de avaliação de demandas e de escolha entre alternativas, possuindo natureza política, com a lei estimando a receita e autorizando tetos de despesa. Portanto, ao fazer o orçamento das receitas, os governos devem prever a atividade tributável (GIACOMONI, 2021).

Concordando com o entendimento supracitado Crepaldi e Crepaldi (2013) enfatizam que a natureza política do orçamento público relaciona-se com a sua dimensão, principalmente a distribuição das despesas, que são decisões políticas que refletem a detenção do poder por grupos econômicos e classes sociais. estas decisões são denominadas de política de governo, que são geralmente, influenciadas pela interação do conjunto de forças que podem ser chamadas de “rupos de interesse.

As empresas, diferentemente, decidem que produto oferecer, quais promoções iniciar e, então, prever a provável resposta do mercado em termos de vendas a suas ações e as prováveis ações de produtos ou preços competitivos. (PADOVEZE, 2012).

No que se refere à exigência legal. No caso do orçamento público, os governos têm gastos obrigatórios, ou seja, ele é legalmente exigido. Marion e Ribeiro (2011) esclarecem que este orçamento é um documento anualmente encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, por meio da lei orçamentária, onde são exigidos gastos em determinados programas.

O processo orçamentário público é composto por três documentos, todos apoiados em leis de iniciativa do poder executivo (art. 165 da Constituição Federal de 1988): o plano plurianual (define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas

aos programas de duração continuada); as diretrizes orçamentárias (metas e prioridades da administração pública, como despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientação para elaboração da lei que aprovará os orçamentos anuais, disposição sobre as alterações na legislação tributária e apolítica de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento); os orçamentos anuais (contém previsões das receitas e a fixação das despesas do poder público competente) (MARION; RIBEIRO, 2011).

Corroborando o entendimento supracitado, Giacomoni (2021) menciona que a Constituição de 1988, o tema orçamentário mereceu grande atenção, com a seção Dos orçamentos, integrante do capítulo II – Das finanças públicas, compreendendo artigos, com conceitos e regras, consolidando o conceito da universalidade, ao estabelecer que todas as receitas e todas as despesas públicas se submetem ao processo orçamentário comum, além de criar novos instrumentos e ampliar o ciclo orçamentário, que com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possibilitou o estabelecimento de regras de elaboração e de execução orçamentária e com o novo plano plurianual, o ciclo orçamentário estendeu no tempo da programação, criando-se condições para a integração entre o orçamento e o planejamento.

Crepaldi e Crepaldi (2013) ainda acrescentam, que o orçamento público é regulado pelos arts. 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/64 (Normas de Direito Financeiro) e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que incorporou alguns instrumentos de planejamento e controle a serem observados quando da elaboração do Plano Plurianual (PPA), da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA), inclusive na avaliação e compatibilização desses instrumentos de controle.

Diferentemente do orçamento público, o orçamento empresarial não é legalmente exigido. A proposta orçamentária é aprovada pela autoridade mais alta do que os responsáveis pela execução do orçamento. Ao ser vez aprovado, o orçamento só pode ser alterado sob condições especiais. É um compromisso gerencial, ou seja, os gestores comprometem-se a aceitar a responsabilidade de atingir os objetivos do orçamento (SOARES, 2011).

Contudo, Leite et al. (2008) advertem que as organizações que almejam se manter em mercado competitivo e impactado pelas alterações socioeconômicas, devem implementar o orçamento, que se constitui em relevante instrumento de formalização do planejamento estratégico e de controle do desenvolvimento dos planos.

No que se refere às etapas do processo orçamentário, estas são também distintas entre os dois orçamentos em estudo. No caso do orçamento público, este possui etapas determinadas com participação do poder Legislativo e Executivo, em que se processam as suas atividades típicas, desde sua concepção até sua apreciação final, o que é denominado ciclo orçamentário, o qual é desenvolvido como processo contínuo de análise e decisão ao longo de todo o exercício, composto principalmente, pelas seguintes etapas: elaboração da proposta orçamentária; discussão, votação e aprovação da lei orçamentária; execução orçamentária; controle de avaliação da execução orçamentária (LIMA, 2018). Enquanto que o orçamento empresarial é aprovado por eles, com a sua realização e em quatro etapas: previsão e objetivos e metas; programar as atividades de cada departamento ou setor; comparar os resultados com o orçado; ajustes, realimentação (feedback) (FREZATTI; 2017; HOJI, 2018).

No que concerne à rigidez orçamentária. O orçamento público é rígido, pois não pode ser alterado facilmente e depende de nova aprovação do legislativo, e estático

porque há dificuldade de ser mudado, exceto se houver ocorrência e justificção de novas receitas, que poderão autorizar novas despesas vinculadas a estas receitas. (PAMPOLINI JUNIOR, 2012).

Marinon e Ribeiro (2011) enfatizam que as organizações públicas, como a União, os Estados, os municípios, o Distrito Federal e suas autarquias, fundações, entre outras, somente podem efetuar gastos devidamente previstos nos seus orçamentos, que são elaborados em um exercício para ser realizado no exercício seguinte.

Complementando, Crepaldi e Crepaldi (2013) discorrem que no orçamento público há obrigação de previsão das despesas, que se constitui em condição para a sua realização, o que não ocorre com as receitas, que poderão ficar aquém ou além do previsto, sem que disso resulte qualquer implicação. Logo, o instrumento orçamentário torna-se um meio pelo qual o governo estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano.

Desta forma, pode-se dizer que no orçamento público a receita é estimada, enquanto a despesa é fixada, ou seja, há flexibilidade em relação ao valor previsto para arrecadação das receitas, pois vários fatores poderão contribuir para que as metas previstas possam não ser atingidas ou até mesmo superadas, circunstâncias consideradas normais (MARINON; RIBEIRO, 2011)..

Contudo, o governo não pode gastar mais do que o valor fixado para as despesas, embora existam mecanismos legais que permitem ao governo aumentar as despesas ou a criar gastos que não tenham sido fixados, contudo, embora previsíveis, esses casos são excepcionais (MARINON; RIBEIRO, 2011).

Assim, nos orçamentos público, a entidade governamental deve permanecer dentro dos valores apropriados para cada categoria de despesa. Quaisquer alterações nos orçamentos estabelecidos precisam de aprovação formal e são difíceis de passar pelo sistema, com orçamentos públicos padronizados para os diversos níveis de governo (GIACOMONI, 2021).

No caso de uma empresa, esta pode revisar seu orçamento. Frezatti (2017) esclarece que os orçamento empresariais podem ser revistos. A sua revisão faz parte do processo de planejamento e proporciona condições de tornar suportável uma estratégia agressiva que se perceba inadequada durante o transcorrer de um exercício. Dependendo do grau de tolerância permitida pelo relacionamento entre os acionistas e gestores, as revisões terão diferentes graus de profundidade e utilidade. No caso de ambiente de alto patamar de inflação, considera-se a revisão mensal da inflação, a fim de proporcionar credibilidade ao instrumento. Já, em momentos de maior estabilidade macroeconômica e previsibilidade das projeções, as revisões tornam-se menos frequentes.

No mesmo entendimento acima, Hoji (2018, p. 13) enfatiza que caso o sistema de orçamento empresarial não permita revisões e alterações no decorrer do período, pode provocar significativas distorções. Adverte ainda que se os ajustes não forem implementados com relativa rapidez, produz-se muita discrepância entre os resultados efetivos e os projetados, o que desmotiva os colaboradores. Portanto, ao contrário do orçamento público, o orçamento empresarial não é rígido, pois uma empresa pode revisar suas despesas e receitas.

No que se refere à finalidade dos orçamentos estes encontram diferenciações. No caso o poder público, este tem sempre que levar em consideração o resultado em benefício da implicação social e, portanto, nem sempre se deve pensar na única

e imediata obtenção de lucros para a empresa pública (PAMPOLINI JUNIOR, 2012).

O orçamento público tem como objetivo bem atender a sociedade, objetivando continuidade, eficácia, eficiência, efetividade e economicidade na qualidade dos serviços prestados à população (CARVALHO, 2010). Contrariamente, do orçamento empresarial, que tem a finalidade de atender o bom desempenho da empresa tendo finalidades lucrativas (HOJI, 2018).

A principal função do orçamento diferencia-se entre o processo orçamentário público e o empresarial. O orçamento público é uma importante conquista como instrumento disciplinador das finanças públicas, sua função principal é a de possibilitar aos órgãos de representação um controle, colocando frente a frente as despesas e as receitas (GIACOMONI, 2021).

No estudo de Codesso (2014) nos portos públicos, foi observado que o orçamento era utilizado como um instrumento de controle nos portos públicos, tornando-se o principal indicador de desempenho, com as finalidades de fornecer feedback para o orçamento do próximo período e controlar custos e despesa portanto, com sua utilização para outros fins, gerenciais sendo negligenciada, pois estas entidades públicas seguem uma legislação específica, focada no controle das despesas, e pelo planejamento estratégico não estar integrado ao orçamento, a visão gerencial do orçamento fique prejudicada.

Entretanto, Crepaldi e Crepaldi (2013) enfatizam que o orçamento público também se constitui em uma peça de planejamento, no qual as políticas públicas setoriais são analisadas, ordenadas segundo sua prioridade e selecionadas para integrar o plano de ação do governo, nos limites do montante de recursos passíveis de serem mobilizados para financiar tais gastos.

O orçamento público compreende, assim, um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar a contínua e oportuna liberação desses recursos, relacionando-se diretamente com “planejamento”, previsão (CREPALDI; CREPALDI, 2013).

Diferentemente do que ocorre nas empresas privadas, pois estas utilizam o orçamento empresarial não somente para o controle, mas também para o planejamento, tornando-o importante instrumento de informação contábil e tomada de decisões (CODESSO, 2014).

Complementando o enunciado acima, Padoveze (2012) e Hoji (2018) discorrem que além de controlar e planejar, o plano orçamentário tem outros objetivos para a empresa, tornando-se um sistema de autorização (o orçamento aprovado libera os recursos para os setores, minimizando o processo de controle); meio para projeções e planejamento (as peças orçamentárias são usadas para o processo de projeções e o planejamento operacional); canal de comunicação e coordenação (o orçamento aprovado é um instrumento para comunicar e coordenar os objetivos corporativos e setoriais);

O orçamento empresarial objetiva ainda tornar-se um instrumento de motivação (o orçamento aprovado é um sistema de autorização que concede certa liberdade de atuação aos gestores operacionais, motivando-os); instrumento de avaliação e controle (os gestores procuram executar as metas estabelecidas nos orçamentos específicos sob sua responsabilidade, o que permite controlar objetivos setoriais e corporativos); fonte de informação para tomada de decisão(os seus dados planeja-

dos, compreendem uma ferramenta essencial para decisões diárias e repetitivas sob responsabilidade direta dos gestores operacionais). (PADOVEZE, 2012; HOJI, 2018).

No que se refere à destinação do período de abrangência, Marinon e Ribeiro (2011) mencionam que o orçamento público é elaborado em um exercício para ser realizado no exercício seguinte

Carvalho (2010) menciona que o orçamento público se constitui em um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz financeiramente em um determinado período.

Marinon e Ribeiro (2011) enfatizam que há orçamentos públicos plurianuais ou de longo prazo, que são globais e têm duração de quatro anos, com sua elaboração no primeiro ano de governo para vigorar do segundo até o primeiro ano do governo seguinte; há também os orçamentos públicos de curto prazo, ou parciais, que são elaborados em um exercício para vigorar sempre no exercício seguinte e não podem conflitar com o orçamento global ou de longo prazo.

Enquanto que nas organizações de iniciativa privada, dependendo das características do ramo de atividade desenvolvido pela organização, a maior parte dos orçamentos empresariais são de curto prazo (MARINON; RIBEIRO, 2011).

5. CONCLUSÕES

O orçamento empresarial compreende um conjunto de ações sistematizadas que objetivam projetar e controlar as despesas e receitas de uma empresa em um determinado horizonte temporal a partir de objetivos, metas e atividades previamente planejados.

Portanto, o orçamento é um instrumento de planejamento, controle e avaliação durante um período de tempo determinado. No caso do orçamento empresarial, os resultados são frutos da execução das atividades previstas na empresa e dos projetos por ela assumidos conforme o seu orçamento, que possibilita decisões baseadas em dados quantitativos estruturados, ajudando os gestores na tomada de decisões.

Os orçamentos das empresas e do governo são mais diferentes do que semelhantes. O orçamento do governo é obrigatoriamente estabelecido em lei, apresentando despesas fixas e estimativa de receitas, além de ter como objetivo principal atender os anseios sociais. Ao contrário do governo, a empresa não é obrigada a realizar o orçamento, principalmente as pequenas, podendo revisar tanto receitas como despesas, assim como o processo orçamentário, tem como objetivo o lucro empresarial. Portanto, orçamento dentro de uma entidade empresarial é mais flexível e menos restritivo do que os orçamentos usados nos governos.

Apesar de suas diferenciações, o orçamento torna-se um instrumento essencial para uma entidade, quer ela seja pública, quanto privada, pois promove principalmente o seu planejamento e controle, com o devido acompanhamento de receitas e despesas pré-definidas, que devem ser cumpridas, a fim de promover a eficácia da gestão.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2005.
- CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CODESSO, Maurício Mello. Evidenciação das práticas orçamentárias em portos públicos brasileiros. 68p. Dissertação(mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Florianópolis, SC, 2014.
- CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle.** 1. ed. São Paulo : Saraiva, 2013.
- FREZATTI, Fábio **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 18. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HOJI, Masakazu. **Orçamento empresarial.** 1.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial: da teoria à prática.** 7. ed. rev. e atual. São Paulo : Atlas, 2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marin. de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LEITE, Rita Mara; SILVA, Helena de Fátima Nunes; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; BUFREM, Leilah Santiago. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **R. Cont. Fin. USP**, v. 19, n. 47, p. 56-72, maio/ago. 2008.
- LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público.** São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura Ribeiro. **Introdução à contabilidade gerencial.** São Paulo: Saraiva, 2011.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégia e operacional: conceitos, estrutura, aplicação.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- PAMPOLINI JUNIOR, Homero. **Orçamento empresarial.** Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2012.
- SOARES, Thiago Coelho. **Orçamento empresarial.** Palhoça: UnisulVirtual, 2011.



CAPÍTULO 02

CONTABILIDADE SOCIAL



UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE RETORNO DE BEM-ESTAR À SOCIEDADE E A CARGA TRIBUTÁRIA DOS PAÍSES DO G20

Kennya Amanda Pires e Pires (RA 2105)

Lorena Gabriela França Santos (RA: 010671)

Vivian de Fátima M. de Souza (RA: 016160)

RESUMO

Este trabalho visa apresentar, de forma clara e direta sobre a relação entre IR-BES e da carga tributária dos países do G20, apresentando os aspectos mais característicos de cada um, com a devida análise quanto aos impactos da carga tributária elevada em determinados países quando comparados àqueles que obtiveram índices melhores e, ainda, sobre o reflexo em suas respectivas populações. Assim como apresentar as diferentes formas de pesquisa, e a conclusão que obteve durante o desenvolvimento do presente artigo. A respeito da Carga Tributária, sua porcentagem é baseada nas necessidades da população, e o IRBES tem como intuito averiguar se essas necessidades estão sendo atendidas. Para tanto, o objetivo deste artigo é discutir, analisar e estudar ao longo do mesmo, os referidos assuntos, com base nas tabelas, gráficos e os dados que serão apresentados.

Palavras-chaves: Carga Tributária; IRBES; Imposto; G20.

ABSTRACT

This paper aims to present, in a clear and direct way, the relationship between IRBES and the tax burden of the G20 countries, changing the most characteristic aspects of each one, with a proper analysis of the impacts of the high tax burden in certain countries when compared to those which obtained better indices and also on the reflection in their respective sources. As well as presenting the different forms of research, and the conclusion they were able to obtain during the development of this article. With respect to the Tax Burden, its percentage is based on the needs of the population, and the IRBES intends to ascertain whether these needs are being met. Therefore, the purpose of this article is to discuss, analyze and study throughout it, the investigation processes, based on tables, graphs and the data that will be provided.

Keywords: Tax Burden; IRBES; Tax; G20.

d.o.i.: [10.29327/5316881.1-2](https://doi.org/10.29327/5316881.1-2)

1. INTRODUÇÃO

Os Estados formaram-se a partir da necessidade que os povos antigos vinham na criação do comércio, permitindo a troca de produtos e a correlação entre eles. A partir desse princípio, houve a emergência da criação dos tributos, afim de custear o bem-estar coletivo, bem como investimento em escolas públicas, transportes, hospitais, ou seja, como mantimento da máquina pública. O propósito crucial do Estado é a garantia do bem-estar de seus cidadãos, mediante os serviços públicos e pelo investimento dirigido a infraestrutura da cidade e a área social.

Em concordância, Sachsida (2014) discorre que “o objetivo do recolhimento de impostos é arrecadar dinheiro para governo executar suas atividades, ou seja, custear seus compromissos, pagar contas.”

A carga tributária é o montante da receita tributária recolhida em prazo estipulado, junto ao PIB (Produto Interno Bruto) pelo qual é verificado neste mesmo prazo (TÁMEZ E MORAES JUNIOR, 2007). Ou seja, é a soma do total arrecadado entre União, Estado e Município no período de um ano completo consoante a relação da porcentagem do PIB.

Segundo Ferreira (2009), a elevação de gastos do governo é gerada a partir das inúmeras obtenções de recursos. Em tempos “regulares”, haveria relutância para o aumento das cargas tributárias, conseqüentemente, em tempos “anormais”, existiria a possibilidade de grande acréscimo dos gastos públicos.

Como exemplo, pode-se fundamentar essa ideia com a pandemia ocorrida no ano de 2020, devido ao grande avanço do COVID-19 (OMS - Organização Mundial da Saúde). Neste contexto, o custo deveria crescer até o ponto aceitável para financiar os recursos necessários para a população.

Fundamentado em estudos sobre a tributação, discutidos neste artigo, pode-se analisar que o IRBES (Índice de Retorno e Bem-Estar Social) é empregado para indicar a forma como os tributos arrecadados, pelo governo, voltam para a sociedade, ou seja, serviços essenciais, que promovem bem-estar para a população.

Segundo Olenike; Amaral; Amaral (2014):

“O IRBES é conseqüente do somatório do valor numérico referente à carga tributária do país, que tem uma ponderação de 15%, com o valor do IDH, que ganhou uma ponderação de 85%, pois o IBPT entendeu que o IDH alto, independente da carga tributária do país, representa e significa muito mais do que a carga tributária alta, independente do IDH. Desta forma, o IDH pesou bem mais para a formação do índice.”

Em síntese, o fornecimento de serviços básicos, que deverão suprir a necessidade em geral da população, é de compromisso governamental. É válido salientar que quanto mais eficaz for o âmbito público, melhor será o provimento de serviços obtidos pela sociedade.

Por todo o exposto, surge o questionamento *Qual a Relação do Índice de Retorno de Bem-estar a Sociedade e a Carga Tributária dos Países do G20?* Por conseqüente, este artigo tem por objetivo analisar a relação do IRBES a sociedade e a carga tributária dos países do G20.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARGA TRIBUTARIA

A definição de tributos pode ser encontrada no art. 3º, do Código Tributário Nacional, in verbis:

“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Segundo Santos e Oliveira (2008), o tributo é identificado pelos dados: Fato Gerador, Contribuinte e a Base de Cálculo. Deve-se a existir a obrigação tributária quando, é preciso a existência do vínculo jurídico entre o credor (Ativo) e o devedor (Passivo), na qual o Estado, conforme a legislação tributária, exija a prestação tributária positiva ou negativa.

Os tributos são recolhidos pelo governo, tendo por objetivo, atender as demandas como um todo da sociedade, exigências essas que podem variar dependendo das urgências do país. Em outros termos, quanto maior as necessidades da sua população, maior será sua carga. Conseqüentemente, para possuir equilíbrio social, é primordial a coleta de verbas para custear essas atividades.

Enfatiza-se que, as taxas de tributos são substanciais, todavia não precisam estremecer a prática de seus contribuintes em relação ao pagamento da mesma. Complementando, Varsano (1998, p. 21) explana:

“O nível da carga tributária não é, contudo, um conceito absoluto: uma mesma carga tributária, medida pela relação percentual entre a arrecadação e o PIB, pode ser baixa para uma sociedade e excessiva para outra, dependendo das respectivas capacidades contributivas e provisões públicas de bens.”

No Brasil, por exemplo, a carga tributária é alta, por consequência disto, as empresas pagam um valor significativo de impostos sobre os seus ganhos, (ROCHA e BARRETO FILHO, 2013).

Sustentando a colocação, Santos e Oliveira (2008) discorrem sobre a ajuda que inúmeros empresários precisam de alternativas diretas para redução dos custos administrativos causados por pagar diferentes tipos de impostos. Por esse motivo que há discussões sobre a Reforma Tributária no Brasil, visto que simplificaria processos e mudança no pagamento de taxas.

A taxa tributária é o preço a se pagar para o andamento da sociedade civilizada, uma vez que, após o recolhimento, o governo poderá desenvolver e pôr em ação aquilo a qual foi constituído. Então, as taxas são como forma de permutação de recursos da sociedade para o governo.

Conforme o artigo 6º da Constituição Federal (1998), os direitos sociais são: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a qual deve-se conceder aos cidadãos. Posto isso, é de responsabilidade do Estado proporcionar o bem-estar

da população em geral, não havendo distinção entre os mesmos (COHEN, 2010, P. 42).

Os sistemas tributários dos países induzem mudanças na economia, gerando mais espaços para debater sobre qual seria a tributação ótima. De acordo com Alm (1996, p. 117):

“é uma abordagem para a análise tributária que é baseada em ferramentas padrões da economia do bem-estar, aplicada em um mundo quando a first-best alocação de recursos e distribuição de renda não pode ser obtida.”

Segundo citado, dispor de um sistema tributário ótimo denota manter uma carga tributária equilibrada com um mínimo de alterações tributárias.

2.1.1 PIB

O crescimento econômico ocorre quando há a expansão da produção e consumo de bens e serviços. Esse aumento é medido por meio de índice, como por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB). Para alcançar o crescimento econômico, a economia carece da apresentação de resultados integrados, abarcando todos os setores, desde o primário, o secundário e finalizando com o terciário.

A carga tributária é a informação percentual obtida pela divisão do somatório geral da arrecadação de tributo do país em todas as suas esferas (municipal, estadual e federal) em um ano pelo valor do PIB, ou seja, é todo capital gerado durante o período de arrecadação dos tributos determinado a serem pagos.

O PIB é o montante do valor dos bens e serviços produzidos no período de um ano por um país. Tem por objetivo avaliar a atividade econômica e o nível de lucro de uma região. Em outros termos, quanto mais é produzido, maior será o consumo, o investimento e a venda.

A partir do PIB, podemos analisar a evolução das economias de diversos países, fazendo comparações entre as mesmas, verificar o PIB per capita, podendo saber quanto cada indivíduo receberia de forma igualitária no país, medir o progresso do PIB, entre outras análises.

Entretanto, o PIB serve somente como o indicador para a condição econômica. Visto que auxilia na compressão do país, porém não pontua fatores relevantes como, qualidade de vida, saúde, educação entre outros. Logo, um país pode obter um PIB escasso e mostrar um excelente padrão de vida, assim também, evidenciar o PIB alto, mas exibir padrão de vida inferior.

É válido salientar que no cálculo do PIB são considerados somente os bens e serviços concluídos, a fim de evitar repetições na contabilização do mesmo produto (LOURENÇO e ROMERO, 2002), que o determina como o indicador síntese de uma economia.

É por meio do resultado do PIB que se consegue averiguar em qual condição a economia está, em progresso ou regresso. O cálculo do PIB do Brasil é feito pelo IBGE baseado no regulamento orientado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

2.2 IRBES

No momento em que se discute sobre o que difere os países de primeiro mundo de outros, isso porque possuem indicadores sociais prestigiados (PNUD)

– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o valor da tributação dos mesmos é questionado. Essa dúvida é justificada pela carga alta de tributo desses países, sendo ressarcida através de serviços básicos e benefícios que são entregues a população.

Nesse sentido, o IRBES foi criado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), com o objetivo de avaliar o retorno de tributos cobrados pelos países à sociedade.

O IRBES considera como parâmetro o IDH e a carga tributária do país, relacionando-o entre o índice de desenvolvimento humano com aquilo que os indivíduos contribuem aos cofres públicos, alegando que, pagando mais tributo obrigatoriamente teria melhoras no progresso.

Segundo o PNUD, O IDH é o índice mais indicado para nortear políticas públicas, posto que direcione quais as áreas com níveis de escassez, seja elas na área da saúde, segurança e educação.

O IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo (OLENIKE; AMARAL; AMARAL, 2018).

Cabe ao resultado, acordado no relatório do IDH, comparar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos indivíduos entre países. Porquanto, esse indicador (IDH) se junta a três bases para determinar seus resultados: expectativa de vida, índice educacional e renda per capita (PNUD).

O IRBES representa a conclusão gerada do somatório da carga tributária percentualmente pautada, juntamente com o IDH, expressado do mesmo modo (OLENIKE; AMARAL; AMARAL, 2018).

É válido afirmar que, há uma grande preocupação com o retorno de melhorias a sociedade, sobretudo quando se fala a respeito da tributação, visto como maior centro de arrecadação de recursos para o Estado (VARSANO, 1996). Em vista disso, Índice de Retorno e Bem-estar a sociedade avalia de forma direta o modo a qual o país retribui a população pelo que recebe de impostos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A literatura existente sobre carga tributária utiliza-se, principalmente, de estudos empíricos. Sendo que os modelos de regressão foram utilizados como o principal método de análise nos estudos de Olenike, Amaral e Amaral (2018).

Por essa razão, para verificar a relação existente entre a carga tributária e o índice de retorno de bem-estar à sociedade utilizou-se análise de regressão linear simples, com as seguintes variáveis: carga tributária (CT) e índice de retorno de bem-estar à sociedade (IRBES).

Nesse conjunto, o IRBES é a variável resposta e a Carga Tributária a variáveis independentes escolhidas em razão da hipótese central que se pretende testar utilizados em função do estudo de Olenike, Amaral e Amaral (2018).

Para além do método de regressão, o estudo inclui também uma análise descritiva e comparativa entre o Brasil e países do G20, a saber: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia; uma vez que esse grupo pode ser uma amostra prudente de determinadas similaridades como tamanho da economia que influenciam na forma de tributação desses países.

3.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de dados secundários coletados por meio de base de dados disponíveis, a saber: A variável dependente, IRBES, foi calculada utilizando os dados de IDH disponíveis em 2019 enquanto que variável independente, carga tributária, foi obtida em 2020. A amostra utilizada refere-se a do G20 do período 2020.

3.2 ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

Os dados coletados foram tabulados e tratados nos softwares Excel e SPSS. Com isso, foi estimado o seguinte modelo econométrico:

Figura - Regressão Múltipla

$$\text{IRBES} = X_0 + a\text{CT} + b_i$$

Em que:

IRBES – índice de Retorno de Bem-estar à Sociedade;

X_0 - Intercepto do modelo de regressão;

$a\text{CT}$ - Carga tributária;

b_i - termo de erro aleatório do modelo.

Fonte: Adaptado pelo autor

Com esse modelo, será possível verificar as relações existentes entre as variáveis

veis, bem como testar a hipótese teórica indicada nesse estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Inicialmente, são apresentadas as estatísticas descritivas para delinear o comportamento das variáveis no período analisado. Desta forma, pode-se observar os extremos dos indicadores, bem como a suas respectivas médias, considerando os países do G20, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Análise Descritiva

Países do G20

| Indicador | Mínimo | Máximo | Média |
|------------------|---------|--------|-------------|
| IRBES | 115,074 | 172,24 | 151,501737 |
| Carga Tributária | 0,034 | 0,462 | 0,270373684 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

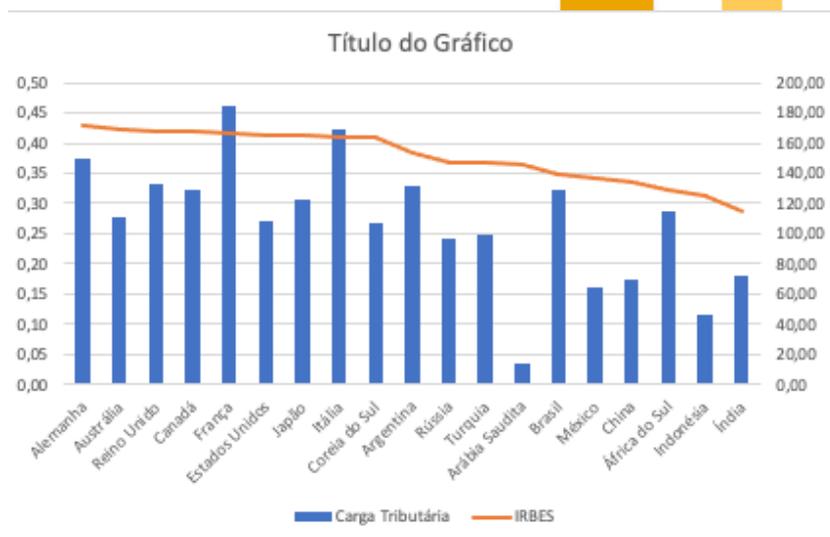
O indicador IRBES variou entre 115,074 e 172,24, de forma que quanto maior, melhor (segundo o estudo Carga Tributária/PIB x IDH – Cálculo do Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade). O país que teve o maior indicador foi a Alemanha e o de menor foi a Índia, enquanto que a média do grupo foi de 151,501737.

O Brasil apresentou 139,7400 colocando abaixo da média do grupo, mais precisamente na posição de 14º. Isso sugere que há consonância dos dados com o exposto por IBPT que o Brasil tem baixo retorno à sociedade dos recursos investidos pelo setor governamental, fazendo sentido testar se uma dessas causas tem relação com o nível de carga tributária praticada pelo país.

No tocante à carga tributária coletada é dada como um percentual do produto interno bruto dolarizado do país. Nesse caso a menor carga tributária foi do país Arábia Saudita, enquanto que a maior foi do país França. A média do grupo foi de 27%. Nesse ponto, o Brasil possui uma carga tributária de 32%, portanto, acima da média do grupo, ocupando a 6ª posição dentre as maiores tributações.

Uma carga tributária, segundo Giambiagi e Além (2008), deveria ser motivo de um retorno maior à sociedade.

Nesse sentido, o gráfico abaixo consolida a relação entre IRBES e Carga Tributária:



Pode-se observar que os cinco países com maior tributação (França, Itália, Alemanha, Reino Unido e Argentina) estão acima da média de retorno à sociedade, ao passo que o Brasil não seguiu essa relação. Nesse ponto, tem-se um cenário semelhante àquele indicado por IBPT (2021) de que apesar do nível de tributação existente não o retorno desejado à sociedade.

4.2 ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES

Realizada a análise descritiva, passou-se à análise das correlações entre as variáveis utilizadas na pesquisa, de maneira a evidenciar a direção e intensidade das interações, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Matriz de Correlação das Variáveis Analisadas

| | EF | CompX | CT | Corr |
|-------|----------|----------|----------|------|
| EF | 1 | | | |
| CompX | 0,19771 | 1 | | |
| CT | 0,76794 | 0,45196 | 1 | |
| Corr | -0,22158 | -0,57020 | -0,36889 | 1 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nota-se na Tabela 2 que não há alta correlação entre as variáveis explicativas, uma vez que os coeficientes de correlação entre as regressões não foram superiores a 0,8, pelo que se assume a ausência de multicolinearidade entre elas (GUJARATI, 2006).

Por outro lado, os sinais permitem identificar as direções das interações entre a variável reposta e a variável explicativa, de maneira que a carga tributária (CT) apresenta correlação positiva com o índice de retorno de bem-estar à sociedade (IRBES) como esperado. Isso porque, teoricamente, quanto maior a carga tributária, maior o retorno.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA REGRESSÃO

Após a matriz de correlação, foram realizadas análises de regressão linear múltipla e das variâncias do modelo, em que se adotou para a interpretação dos resultados o nível de significância α de 5% ($\alpha = 0,05$).

Desse modo, “quando o p-value de um teste de hipótese for menor que o valor escolhido de α , o procedimento de teste conduz à rejeição da hipótese nula” (HILL, GRIFFITHS; JUDGE, 2006, p.119). Desta forma, a regressão apresentou os valores especificados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da Regressão

| | Coeficientes | Erro Padrão | Stat t | Valor-P |
|------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| Interseção | 17,57296703 | 16,59583012 | 1,058878459 | 0,32481997 |
| CompX | -0,135626025 | 0,204794172 | -0,662255294 | 0,5290002 |
| CT | 1,443759432 | 0,450070148 | 3,207854238 | 0,014902394 |
| Corr | -0,023348156 | 0,31566883 | -0,073964083 | 0,943108196 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O modelo de regressão teve coeficiente de determinação de (R^2) de 0,3683, ou seja, 36,83% da variação do indicador IRBES é explicado pela carga tributária. Ademais, os resultados da Tabela 4 mostram que houve significância estatística das variáveis, com α de 5%, confirmando os achados IBPT.

Desta forma, com significância estatística para a variável carga tributária, não se rejeita a hipótese teórica central testada nesse estudo de que existe uma relação positiva entre retorno da sociedade e carga tributária de um país.

Todavia, no caso específico do Brasil essa relação não seguiu o comportamento do grupo ao observar que ele tem um nível de tributação superior, mas seu indicador de IRBES menor do que a média do grupo. Isso pode ser explicado pelo seu IDH, componente do IRBES, que no caso brasileiro encontra-se abaixo da média do grupo, na 15ª posição.

Outras possíveis explicações para esse resultado é que o imposto que foi pago pelos cidadãos, não está sendo devidamente empregado e a falta de obras e de serviços públicos atinge a população brasileira como apontada por IBPT.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, foi explorada a relação do IRBES com a carga tributária dos países componentes do G20, cuja escolha se deu por possuir países com os maiores PIB e sendo assim considerados os mais ricos e por ventura, possuindo grandes cargas tributárias, ou seja, dados ideais para relacionar com o IRBES.

Ocorreu análise dos dados e cada país foi comparado segundo sua posição em relação ao bem-estar social, a fim de descobrir quais os países com os índices superiores e inferiores, relacionando-o com as cargas tributárias, e compreender, na prática, se o desenvolvimento da sociedade estava progredindo.

A princípio, sobre cenário ideal, os cidadãos conheceriam a organização do Estado em diversos âmbitos, principalmente da distribuição de recursos arrecadados. Consciente, contribuiria de forma espontânea, pois saberia de que forma o seu dinheiro seria investido.

É importante expor que os resultados analisados confirmam a ausência de concordância entre o indivíduo que contribui e espera ser bem retribuído e o que governo oferta e exige tributos.

Outrossim, além do Brasil, diversas nações possuem cargas tributárias relativamente altas, motivo esse que deixa os cidadãos insatisfeitos por não existir retorno de qualidade. Por outro lado, há países de carga menor, mas a sociedade pode perceber o trabalho bem feito do governo.

Destaca-se ainda que a Alemanha tem uma carga tributária alta, estando em terceiro lugar em comparação com os outros países do grupo, com isso, nota-se que ela faz um bom trabalho ao retornar isso para a população, estando em primeiro lugar no índice do IRBES.

Não obstante, a França, mesmo sendo o país que apresenta maior carga tributária do grupo, ocupa a quinta posição do IRBES, demonstrando que, apesar da carga alta, não devolve da mesma forma que a Alemanha.

No Brasil, a carga tributária é similar a países desenvolvidos (SANCHES, 2021), estando em 6º lugar no G20. Segundo os indicadores anexados nesse artigo, carga tributária equivale a 32%, tal como o Canadá possuindo a mesma porcentagem.

Contudo, existem países mais evoluídos do que o Brasil com a carga menor, como é o caso do Estados Unidos e a Coreia do Sul com 27%. Em vista disso, é claro que a alta carga brasileira não é revertida em serviços essenciais.

Um outro exemplo disso é o da Arábia Saudita, que tem a menor carga tributária do grupo. Mas estando acima do Brasil, em relação ao IRBES, evidencia que, mesmo com a carga menor, consegue oferecer melhor retorno ao seu povo.

Logo, a partir dos recursos arrecadados por meio da tributação, o governo alcança os custos no provimento ao povo, entretanto deverá requerer com prudência a porcentagem e apresentar uma administração transparente, garantindo desenvolvimento sustentável do país e crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

Amaral, G. L., Olenike, J. E., & Amaral, L. M. F. (2015). **Cálculo do IRBES: Estudo da Carga Tributária/PIB x IDH**. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). São Paulo. Disponível em:

<<http://www.ibpt.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2021;

ANDRADE DE, H. A. **Análise da eficiência da tributação em relação ao retorno do bem-estar à sociedade**. Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Econômicas Da Universidade Federal Do Rio Grande como requisito para obtenção do título de Bacharel Em Ciências Econômicas. Acesso em: 06 nov. 2021;

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. (2006). **Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária**. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/4kx6n6NtYVMvMjknPfmxCyg/?lang=pt>. Acesso em: 06 nov. 2021;

SACHSIDA, A. (2012). **Como os impostos afetam o crescimento econômico**. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2011/03/como-os-impostos-afetam-o-crescimento-economico1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021;

SANTOS, A. R.; OLIVEIRA, R. C. M. (2008). **Planejamento tributário com ênfase em empresas optantes pelo lucro real**. 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Gramado – RS. Disponível em: Acesso 14 nov. 2021;

TAMEZ, C. A. S.; MORAES JUNIOR, J. J. (2007). **Finanças Públicas**. VARSANO, R.; PESSOA, E. P.; SILVA, N. L. C.; AFONSO, J. R. R.;

ARAUJO, E. A.; RAMUNDO, J. C. M. (1998). **Uma análise da carga tributária do Brasil**. Texto para Discussão, nº 583, IPEA. Disponível em: Acesso 15 nov. 2021.



CAPÍTULO 02

MERCADO DE TRABALHO



A COMPREENSÃO DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO CURRICULAR

Elson Ricardo Costa Sousa¹

Fernanda Vitoria Castro²

Lucas Mendes Braz³

Hugo Leonardo Menezes de Carvalho⁴

RESUMO

Este trabalho abordará questões sobre a realidade do primeiro encontro dos estudantes de São Luís Maranhão ao mercado de trabalho através do programa de estágio, demonstrando situações positivas ou negativas vividas pelos futuros profissionais no que tange à aplicação prática de conteúdos obtidos na academia, objetivando assim a tomar conhecimento da real disparidade entre os conhecimentos adquiridos e colocados. Sabe-se também que o estágio é definido por meio de uma legislação própria que rege normas a serem seguidas, entretanto, nota-se que uma grande parcela dos estudantes desconhece esses direitos. Então, a revisão bibliográfica fica por meio de um estudo mais aprofundado sobre o tema, com o propósito de fazer uma pesquisa mais detalhada acerca da análise dos questionamentos, mostrando os impactos do real papel que as informações causam no estudante de contabilidade no ambiente de trabalho. Dessa forma, tanto a teoria quanto a prática são fundamentais e direitos garantidos na Lei 11.788/2008 que servem como manutenção, fonte legal para a atuação dos futuros contadores de maneira que traga um bem-estar social as pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Estágio, Lei, Pesquisa, Aluno e Ex-Aluno.

d.o.i.: [10.29327/5316881.1-3](https://doi.org/10.29327/5316881.1-3)

1 Graduando em Ciência Contábeis na Universidade Ceuma - MA
2 Graduando em Ciência Contábeis na Universidade Ceuma - MA
3 Graduando em Ciência Contábeis na Universidade Ceuma - MA
4 Doutor em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Uberlândia - MG

1. INTRODUÇÃO

A compreensão que se tem hoje sobre experiência de trabalho, norteador das ciências contábeis, se teve ao longo do processo histórico, ligado ao início do século XXI, onde se teve uma marcação de jeito significativo no campo educacional, voltado ao Curricular Supervisionado (ECS), focados na discussão, regulamentação e direcionamento na graduação para formação profissional. De lá para cá, os avanços foram enormes, como criação de leis que assegurem a proteção dos estudantes e os meios responsáveis em conjuntos com suas diretrizes.

Segundo o artigo 1º da Lei nº 11.788, estágio é o ato educacional escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho. Entretanto, de acordo com Marcia Frey e Irineu Frey (2009) “ressaltando para se considerar como caracterização curricular a existência de um instrumento jurídico firmado entre a instituição de ensino e as pessoas de direito público ou privado”. Conforme Abreu e Masetto (1990), o desenvolvimento de projetos são estratégias em que o aluno assume a sua aprendizagem no formato relevantemente ativo.

O estágio em si, permite ao estudante de Ciências Contábeis, a possibilidade de atuar em áreas associadas ao curso como: Auditoria e Perícia Contábil, Controladoria, Contabilidade Tributária, Contabilidade do setor Público, dentre outros. Logo, há a necessidade da supervisão indireta ou direta do profissional, o aluno, que, ainda que esteja sob orientação por meio do chefe, muitas vezes se vê sozinho, gerando um sentimento de insubordinação, implicando por vezes na carência de aprendizado.

O discente no ambiente de trabalho se prepara à medida que se identifica com a área que deseja atuar, por finalidade de preparação para a vida profissional. Deste modo, a atividade laboratorial na instituição vem contribuindo para o desdobramento no local de estágio, se tornando cada vez mais eficaz. Por isto, o objetivo é analisar a percepção dos alunos de Ciências Contábeis em relação ao estágio curricular, notadamente isso se refere a remuneração e atividade com profissionais, ponderando as questões: Qual a percepção dos alunos de ciências contábeis quanto ao estágio curricular? E A que ponto a prática do estágio condiz com a teoria acadêmica e legislativa?

O foco no ambiente de trabalho se dá na configuração de agir e pensar acerca do estabelecimento entre os atores diversos no campo dirigido ao domínio. Logo, quando carece de haver esclarecimentos marcados no planejamento, as necessidades do serviço, deixando de lado o modelo tradicional ou padrão a ser seguido, saindo de cena o lugar dado as circunstâncias para a interação entre os sujeitos envolvidos nas operações que apresentam.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 ESTÁGIO DO FUTURO CONTADOR E O DOMÍNIO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS

De acordo com Tardif (2002), o estágio supervisionado, constitui uma das etapas mais importantes na vida acadêmica dos alunos da área da contabilidade, sendo de acordo com as exigências do comprimento Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sendo que visa constituir para o aluno o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, que com isso, faz parte do projeto pedagógico do curso, além o itinerário formativo do educando.

Assim, a preparação do aluno é proporcional ao domínio dos principais instrumentos, sendo que são extremamente necessários ou essenciais à teoria e à prática voltadas a essas funções, assim criando condições para que atuem com maior segurança. Dessa forma, promover a experiência por meio da pesquisa, incorreu em situações investigativas, referentes a exposição aos formulários que exploram as experiências dos alunos e ex-alunos de forma que foram atendidas em trinta diferentes situações. Sendo que uma grande parte entrevistada se manifesta favorável aos moldes atuais do que se entende por estágio.

Entretanto, a pesquisa desenvolvida acerca do estágio, como abordam Pimenta e Lima (2004) “oferece meios do estagiário pesquisar sua prática dentro do contexto em que se encontra inserido, neste caso o de âmbito escolar”. Para tanto, se tem a ideia fundamental da importância que jamais se possa separar a teoria e a prática, pois ambos são associados para o aluno ao longo do processo de formação do curso de graduação, assim, entende-se de certa forma benéfico no campo da pesquisa para a intenção do desenvolvimento da situação, podendo ser um momento de alta aprendizagem.

Portanto, deverá estar constantemente se atualizando sobre a questão econômica do Brasil e do mundo, sobre a visão da empresa como todo e do processo de gestão da empresa. Sendo que o contador que constantemente acompanha o momento atual tem o poder de não somente a função de apresentá-los para seus clientes, como também de traduzir os dados apresentados pelos relatórios contábeis, como de acordo com (NASI, 1994, p 5), que diz: “O contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional”.

2.2 LEIS DIRECIONADOS AO ESTÁGIO

A normas dispõem sobre a realização do estágio pelo estudante, onde há a determinação de direitos e deveres dos estagiários, em conjunto da instituição de ensino e da parte concedente, o qual, através de um contrato, rege as ações a serem realizadas na prática, ao passo das atividades de cunho pedagógico profissional. Todavia, a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece diretrizes e bases para educação nacional, em complemento, da Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, onde há todo o processo na estrutura sendo: Definições, Fiscalização do estágio relacionados à essa atividade e Relatório

Revisitando a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, constando no título I, que trata das definições, no artigo 1º, que fala sobre o assunto:

“Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desen-

volvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. ”

Sendo em destaque de que o Estágio Curricular Supervisionado é de fato um componente curricular dos cursos voltados à área profissional para o mercado, que traz uma prática importante e que influencia no rendimento acadêmico. De haver um acordo com o grau de equivalência dado entre a teoria e prática na formação na aplicação no cumprimento dos seus deveres de ofício com o trabalho e não somente de ser a parte prática do curso, da aplicação de competências para o exercício atividade, que para empresa, tem enorme benefício de poder avaliar com tempo, a criatividade, a energia e a capacidade de trabalho.

Na presente Lei, é permitido às instituições de ensino Superior firmar convênios com órgãos públicos ou privados, para realização do estágio curricular obrigatório, para o currículo do estudante no curso da integralização. De acordo com o artigo 2º, pode haver duas maneiras: Obrigatória e Não Obrigatórias. No inciso um, diz-se que o Obrigatório é aquele definido na projeção do curso, em que a carga horária é o requisito para aprovação e obtenção de diploma e o Não Obrigatório é definido pelo desenvolvimento das atividades opcionais, acrescida na carga horária regular e obrigatória.

Nessa norma jurídica, consta no seu artigo 6º que a atividade do estágio deve servir como um complemento à aprendizagem do acadêmico em sala de aula, sendo que as atividades desempenhadas devem ser compatíveis com a área de formação do estágio, no local de realização do estágio. Sendo este um momento tão importante, na formação do educado, assim vale para o relatório. O relatório do período de prática em posto é a parte do processo de avaliação do acadêmico, na qual, a sua elaboração deve se clara e preciso visando sistematizar as experiências vividas durante o período.

Este Trabalho foi demandado, analisado e julgado adequado para a obtenção dos dados através dos Estudantes e Ex-Estudante de Ciências Contábeis, por essa questão é importante tratar as normas do estágio nesse artigo. Considerando o disposto na Lei nº 11.788/08, que alinhados em padrões para toda a organização e funcionamento do Estágio de forma Curricular para forma acadêmica para as Instituições, sendo de forma atribuídas para as partes dos envolvidos que desta forma, o estagiário percebe a: reflexão, comprometimento, interatividade, colegialidade, realidade social, inclusão.

Observam-se diferentes perspectivas de pesquisa, seja nos modelos de ciclo de vida organizacional utilizados como parâmetro na investigação, seja em características específicas da contabilidade relacionadas com as fases do ciclo de vida das empresas, que por si só, garantido característica principal do estágio evolutivo é, sem

dúvida a geração em conjunto com a criação de valor de recursos eficazes possuídos pela empresa, sendo bem direcionados e geridos. Assim, a gestão que se pressupõe nessa fase desses elementos como as ações para conservar ou reforçar os valores possuídos.

Conforme o capítulo V, que trata das Fiscalizações, cita no artigo 15º:

“Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.”

Logo, para mais reforço em comprimento e não haja penalidade do dito anteriormente são acompanhadas pelo orientador do aluno, no caso coordenador, sendo definido pelo departamento e responsável pela organização conforme prevê a legislação. Este orienta os alunos quanto aos procedimentos para o termo de compromisso do estágio obrigatório, bem como os orientadores que são designados a acompanhar o estagiário no decorrer do processo.

Sendo os avaliados, no foco estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis a com estágio obrigatório e o estágio não obrigatório

3. METODOLOGIA

O estudo realizado ocorreu por meio da abordagem de realização quantitativa, sendo através de pesquisa levantada individualmente. Vale ressaltar de acordo com Hair Jr, Babin, Money e Semouel (2005, p. 86), “os planos de pesquisa descritiva em geral são estruturados e especificamente criados para medir as características descritas em uma questão de pesquisa”. A pesquisa foi realizada de modo a determinar a relação entre o uso dos atributos de Ciências Contábeis aos estágios no ciclo de vida das empresas objeto de estudo.

A metodologia de pesquisa realizada neste artigo foi a de Pesquisa de Campo, realizada no espaço amostral correspondente aos diversos campus da Universidade CEUMA e outras instituições de ensino superior, direcionada aos alunos de Ciências Contábeis. O levantamento foi realizado de acordo com os parâmetros da Pesquisa Observacional Transversal Analítica através do método de amostra probabilística, onde “todos os indivíduos do universo têm uma chance igual de responder a pesquisa, ou seja, probabilidade fixa e maior que zero.” (Dias, Mateus Técnicas de Amostragem, 2018).

O instrumento de pesquisa ocorreu por meio de questionamentos, na relação ao estágio curricular, notadamente em relação às expectativas de remuneração e atividade profissional, direcionado aos contadores alunos. Para cada uma das variáveis expostas nas partes do questionário, o respondente (estudante e ex-estudantes) foi solicitado a opinar de acordo com a escala crescente de concordância, marcando entre as alternativas “Discordo Totalmente”; “Discordo”; “Não sei responder”; “Concordo” e “Concordo totalmente”. Seguido, em conjunto de questões de múltipla escolha voltado ao assunto proposto.

A abordagem desta pesquisa é de natureza quantitativa. Os dados coletados foram quantificados e analisados utilizando-se de técnicas estatísticas. De acordo com Creswell (2007, p. 136), nos estudos quantitativos, usa-se a teoria dedutivamente, “o pesquisador apresenta uma teoria, coleta dados para testá-la e reflete sobre a confirmação ou não-confirmação da teoria pelos resultados”. Nesse contexto como também, o Martins e Theóphilo (2007), são apropriadas para a análise de fatos e descrições, embora também possam ser utilizadas para estudar relações entre variáveis”.

O critério aplicado para Amostragem foi o Aleatório Simples, onde através de uma seleção de 24 questões em formulário online produzido com auxílio da ferramenta da plataforma *Google Forms*, onde em gráfico de pizza foram reunidas respostas de acadêmicos de Ciências Contábeis que puderam ter contato com a solicitação em diferentes meios de comunicação para livre participação, sem que fossem distinguidos por quaisquer características pessoais.

Neste estudo, a confirmação ou não da teoria deu-se por meio da pesquisa empírica realizada. No entanto, na data de 18/10/2021 a 24/10/2021, com o propósito do segmento em compreender os alunos de ciências contábeis em relação ao período de prática em posto, notadamente em relação às expectativas de remuneração e atividade profissional. O instrumento investigativo foi enviado para todos os alunos e ex-alunos, que responderam os questionários, sendo o total de 30. Portanto, que constitui a pesquisa para os descendentes em geral que caracterizando uma amostra por acessibilidade.

4. RESULTADO

(a) Outras Informações:

Foi solicitado que o entrevistador (a), além de responder os questionários, pautado no assunto, também que indicasse: Se já tinha participado de Algum Estágio (40%, voltado 12 participantes, direcionado a um único estágio) e o Período Atual que Estejam Cursando (73%, direcionado a voltado 22 participantes do 5º e 6º Período).

Imagem 1: Dados da Pesquisa

Participou em quantos estágio?

| | |
|-------------|----|
| ● Nenhum | 8 |
| ● 4 ou mais | 3 |
| ● 2 | 5 |
| ● 3 | 8 |
| ● 1 | 12 |

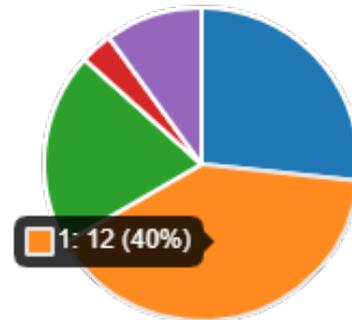
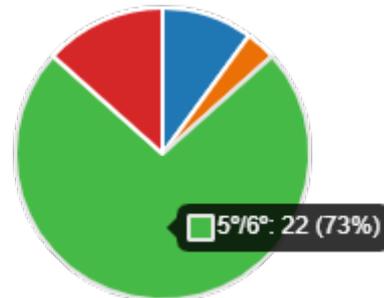


Imagem 2: Dados da Pesquisa

Qual seu período atualmente?

| | |
|---------|----|
| ● 1º/2º | 3 |
| ● 3º/4º | 1 |
| ● 7º/8º | 4 |
| ● 5º/7º | 22 |

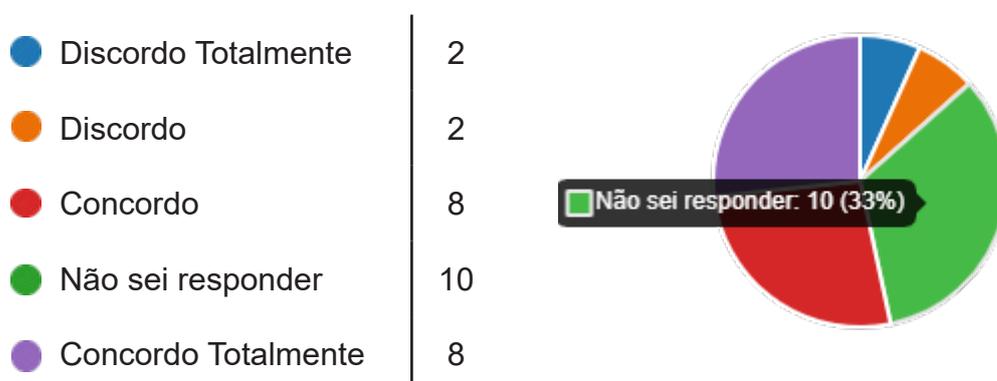


(b) A importância do Estágio para o Aluno:

Sendo uma etapa importante para o processo de aprendizagem e desenvolvimento, sendo porque promove a oportunidade e vivência na prática conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estagiário. Assim, demonstrando 33%, apontando 10 participantes do que Não Sabia Responder). Que de acordo com Pimenta e Lima (2008, p. 45) consideram que “o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção da realidade, esta sim, objeto das práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá”.

Imagem 3: Dados da Pesquisa

Você se sentiu uma pessoa importante, dentro do Estágio:



(c) Estagiário sendo somatório para Empresa:

Logo se demonstra a eficiência em querer cada vez mais o aluno estagiário o querer alcançar o seu máximo dentro da empresa, sendo o máximo no alcance para a aprendizagem. Assim, demonstrando por meio dos dados (47%, direcionado a voltado 14 participantes que concordam plenamente).

Imagem 4: Dados da Pesquisa

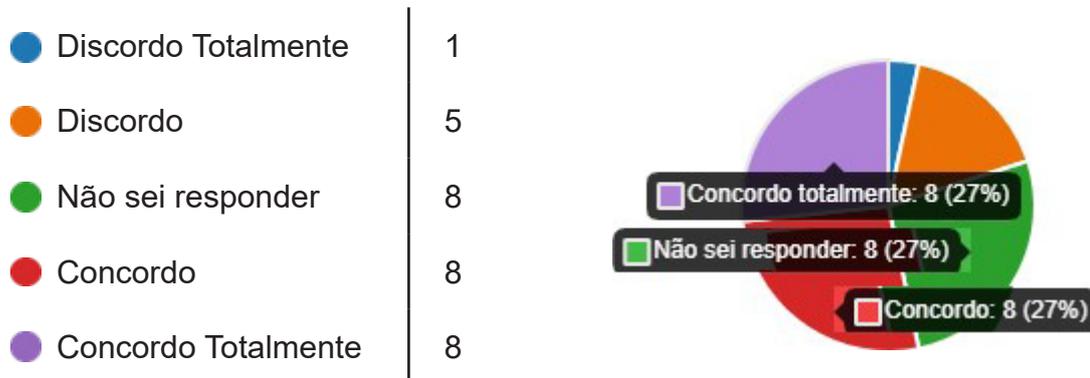
Você se considera, como estagiário, um somatório para a empresa:



(d) Como Estagiário, através da experiência ajudou a desenvolver uma rede de contatos: Assim foi percebido que como Pimenta e Lima (2008, p. 68), relatam que "o Estágio, ao promover a presença do aluno estagiário no cotidiano da escola, abre espaço para a realidade e para a vida e o trabalho do professor na sociedade." Esta aproximação no ambiente de trabalho promove ao aluno o contato real com a sua futura profissão e sua construção docente, para assim, pode interagir e com isso construindo laços. Sendo que demonstrado de acordo com a pesquisa, muitas vezes isso de fato Concordam Plenamente, Concordam e Não Sabe Responder (27%, direcionado voltado 8 participantes).

Imagem 5: Dados da Pesquisa

Você se considera, como estagiário, um somatório para a empresa:



(e) O estágio, orienta a coleta de informações e experiência a escolha da carreira certa escolhida: Onde demonstra que o público alvo que Concorda (37%., direcionado voltado 11 participantes). Sendo que, a experiência de formação no ensino superior é fundamental para o desenvolvimento profissional. Voltado as práticas de estágio contribuem para o progresso da adaptabilidade de carreira e para a transição entre os encargos de estudante a profissional em formandos universitários.

Imagem 6: Dados da Pesquisa

O estágio, de certa forma te orientou a coletar informações e experiências do ofício para a escolha da carreira certa escolhida, após fim da graduação:



(f) O conhecimento adquirido durante o Curso foi aplicado no cotidiano como estagiário:

Essa questão estar direcionado em pauta os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade na sala de aulas e os pontos de vista dos autores; passarão a confrontar teoria e realidade e, ao retornarem à universidade, socializarão as experiências, farão críticas ao sistema e manifestarão possíveis soluções. Sendo que muitas vezes não sabendo responde, como o caso de Nenhuma das alternativas anteriores, encontram-se corretas (27%., direcionado voltado 8 participantes).

Imagem 7: Dados da Pesquisa

O conhecimento adquirido durante o curso de Ciências Contábeis foi aplicado no seu cotidiano como estagiário:

| | |
|-----------------------|---|
| ● Discordo Totalmente | 3 |
| ● Discordo | 7 |
| ● Não sei responder | 8 |
| ● Concordo | 7 |
| ● Concordo Totalmente | 5 |



(g) As atividades atribuídas durante estágio, foi preciso de conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Ciências Contábeis:

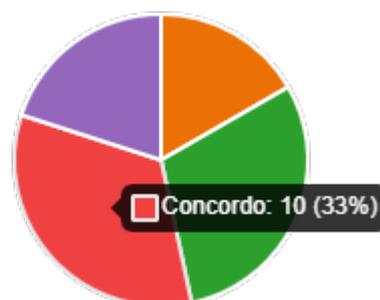
Para Pimenta e Lima: “Esse conhecimento envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposição de soluções às situações de ensinar e aprender. Envolve experimentar situações de ensinar, aprender a elaborar, executar e avaliar projetos de ensino não apenas nas salas de aula, mas também nos diferentes espaços da escola (Op. Cit. 2012, p. 55).”

Logo, a carga horaria, no período de atuação a ser cumprida durante a disciplina de estágio supervisionado tem como aquilo que se pretende alcançar em permitir que o estudante universitário faça um primeiro contato com a existência escolar, aproximando o aluno do contexto no qual ele atuará enquanto profissional., que voltado a pesquisa de 33%., direcionado voltado 10 participantes, concordam com a questão.

Imagem 8: Dados da Pesquisa

Para realizar as atividades à mim atribuídas durante o estágio, precisei dos conhecimentos prévios adquiridos nas disciplinas de Ciências Contábeis:

| | |
|-----------------------|----|
| ● Discordo Totalmente | 0 |
| ● Discordo | 5 |
| ● Não sei responder | 6 |
| ● Concordo | 9 |
| ● Concordo Totalmente | 10 |



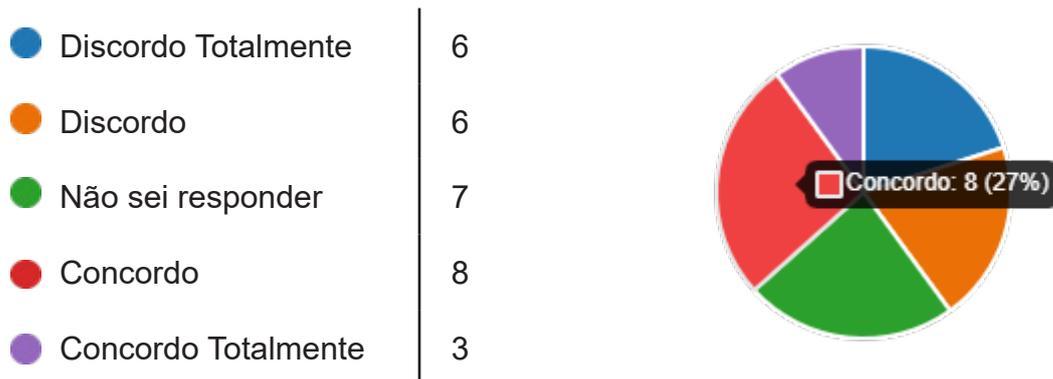
(h) Se senti preparado na universidade para as atividades a serem realizadas no estágio:

Para relação do estudo futuros sobre o papel do estágio para o desenvolvimento da carreira, para de certa forma a transição do mercado de trabalho, através da

universidade tem que considerar em levar as diferenças que existem entre diversas modalidades de estágio, e mesmo entre áreas de formação profissionais, associados aprendidos em sala de aula, onde de acordo com a pesquisa o aluno se senti disposto na Faculdade, em expor o estudo no dia a dia (27%., direcionado voltado 8 participantes).

Imagem 9: Dados da Pesquisa

Considero que me senti preparado na universidade para as atividades a serem realizadas no estágio:

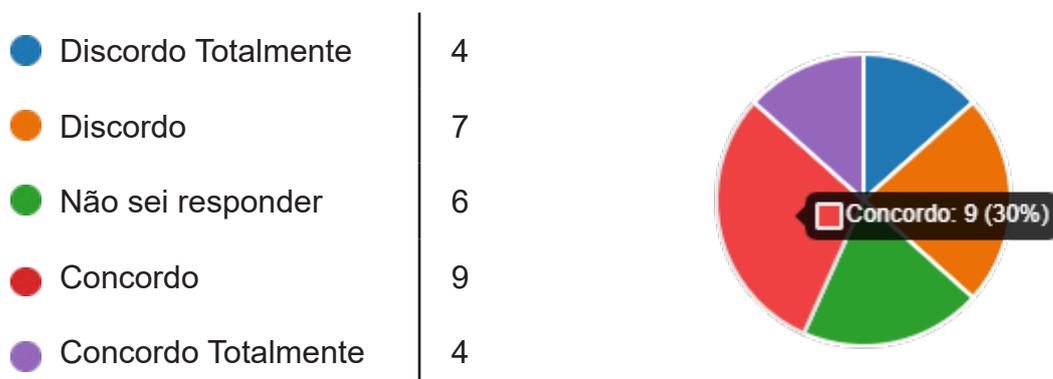


(i) Se sentir preparo, para primeira experiência no mercado de trabalho:

Tudo isso se deve ao fato de quem entra para o mercado de trabalho, a procura da primeira experiência, que enfrenta a concorrência de pessoas com experiência. Que, no entanto, estão à procura de recolocação profissional. Desta forma, a demanda por vagas é muito maior que a oferta. E isto naturalmente é prejudicial a quem não tem muitas vezes preparo. Por isso essa necessidade desta questão em análise como estar indo essa perspectiva que demonstra, (30%., direcionado voltado 9 participantes).

Imagem 10: Dados da Pesquisa

Considero que me senti preparado na universidade para as atividades a serem realizadas no estágio:



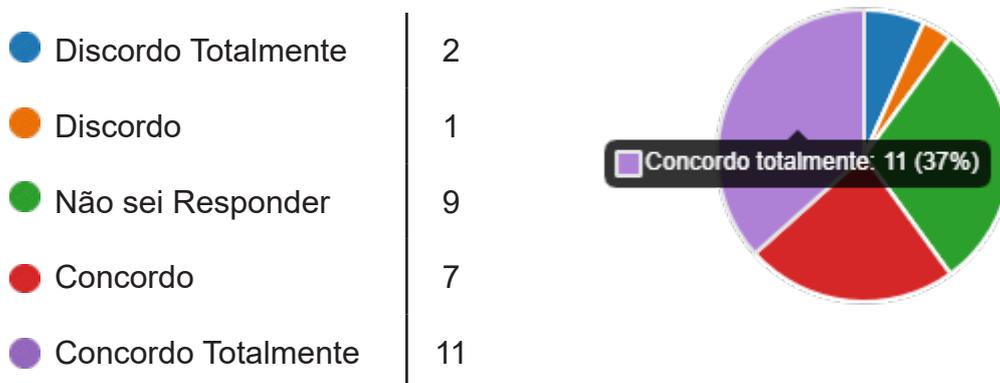
(j) O estágio se mostrou uma oportunidade ímpar para o aprendizado como universitário:

Essa questão se trata de uma oportunidade ímpar em conjunto com Ambiente Acadêmico, já que tende a assumir também um caráter científico, concebendo na

formação profissional para o papel decisivo, que possibilitando a busca de novas respostas criativas para enfrentar o mundo. Onde nessa questão, concordam totalmente (37%., direcionado voltado 11 participantes).

Imagem 11: Dados da Pesquisa

Admito que o estágio se mostrou uma oportunidade ímpar para o aprendizado como universitário:

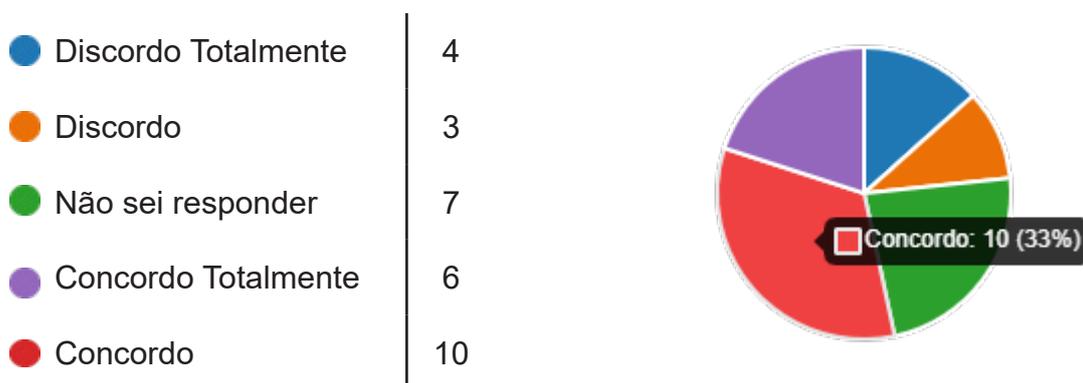


(k) O estágio se mostrou uma oportunidade ímpar para o aprendizado no âmbito pessoal:

Que o estágio de fato é uma forma aprendizagem que proporciona uma melhor preparação para o enfrentamento para o desafio de uma carreira, e é uma grande oportunidade para que estes conheçam de perto as rotinas do dia a dia e consigam assimilar a teoria e a prática da profissão que foi escolhida para exercer. Que por meio dos dados demonstrou que concordam (33%., direcionado voltado 10 participantes).

Imagem 12: Dados da Pesquisa

Creio que o estágio se mostrou uma oportunidade ímpar para o aprendizado no âmbito pessoal:



(l) Os moldes atuais do estágio em São Luís são adequados aos alunos universitários em relação ao propósito de aprendizado:

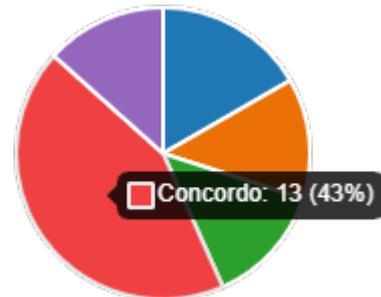
Em relação ao processo de inserção ou potencialização da Educação Ambiental na escola, a função mediadora dos professores constitui-se em uma tarefa de grande complexidade, já que a ação não se dá de forma 'unidirecional (ter somente os alunos como meta), senão de forma multidirecional, relacionando tanto os alunos como os

professores, diretores e o restante dos funcionários. Assim, direcionado a questão pautado na pesquisa que demonstrou que sim, por que acredito nos padrões atuais de trabalho em São Luís, que se ajustaram a demanda de exercícios do período, em que os acadêmicos permaneceram na empresa. (43%., direcionado voltado 13 participantes).

Imagem 13: Dados da Pesquisa

Acredito que os moldes atuais do estágio em São Luís se adequam às necessidades dos alunos universitários em relação ao propósito de aprendizado:

| | |
|-----------------------|----|
| ● Discordo Totalmente | 5 |
| ● Discordo | 4 |
| ● Não sei responder | 4 |
| ● Concordo Totalmente | 4 |
| ● Concordo | 13 |



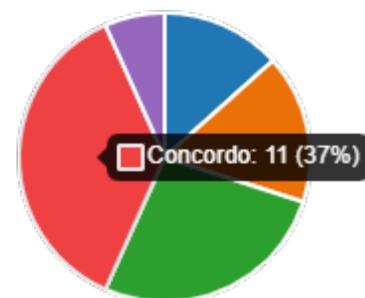
(m) Os moldes atuais do estágio em São Luís são adequados aos alunos universitários em relação à média do valor de bolsa e auxílios mensais:

No entanto, no foco desse questionamento, estar direcionado o valor do estágio que é um acordo livremente entre as partes, a Lei do Estágio não está pautado um estabelecimento em relação ao valor mínimo ou máximo. Sendo que o pagamento de bolsa estágio e auxílio transporte são obrigatórios nos casos de estágio não obrigatório, sendo os considerados auxílios mensais. Logo na pesquisa feita foi demonstrado concordam (37%., direcionado voltado 11 participantes).

Imagem 14: Dados da Pesquisa

Considero que os moldes atuais do estágio em São Luís são adequados às necessidades dos alunos universitários em relação à média do valor de bolsa e auxílios mensais:

| | |
|-----------------------|----|
| ● Discordo Totalmente | 4 |
| ● Discordo | 5 |
| ● Não sei responder | 8 |
| ● Concordo Totalmente | 2 |
| ● Concordo | 11 |

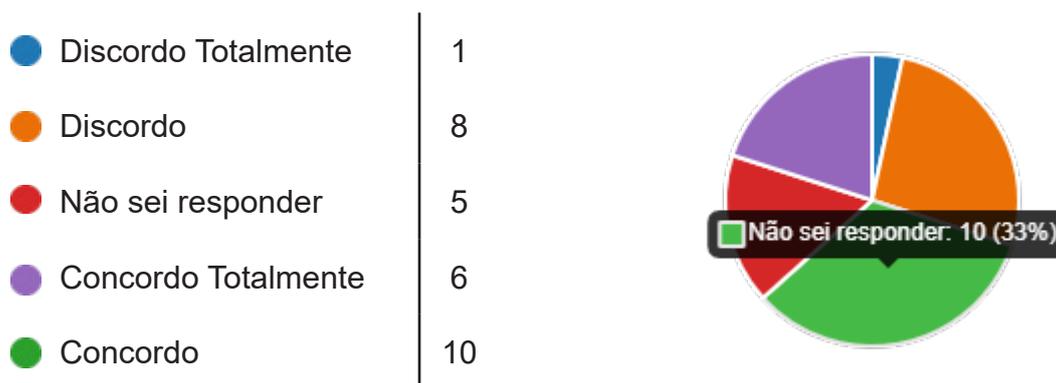


(n) O aprendizado foi mais com a prática do estágio do que na faculdade:

Para essa questão, é fundamental uma inter-relação, entre os componentes curriculares e a prática, a um papel de bastante relevância e fundamental na formação inicial a esse processo, que o mesmo no meio aprendizagem se caracteriza como prática na graduação. Atualmente sim, por que assimilei tendo experiência diária como contador, como demonstra a pesquisa no percentual de 33%, direcionado voltado 10 participantes.

Imagem 15: Dados da Pesquisa

Apreendeu mais com a prática do estágio do que na faculdade:

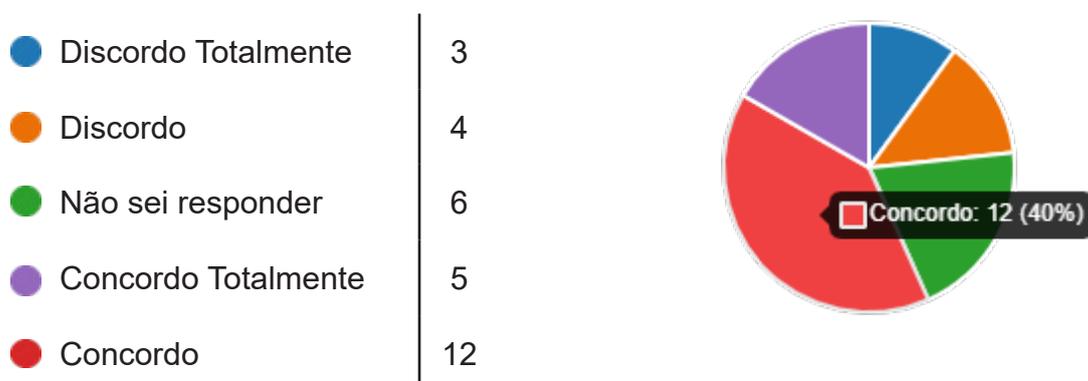


(o) Atividades voltadas a área contábil ou a empresa solicitada demandas extras:

Em relação a essa questão é preciso oferecer o serviço alinhado ao perfil e às demandas do aluno, em conjunto as técnicas estatísticas para tomada de decisões, que em base da pesquisa concordam (40%, direcionado voltado 12 participantes).

Imagem 16: Dados da Pesquisa

No estágio você fazia atividades voltadas a área contábil ou a empresa solicitada demandas extras:



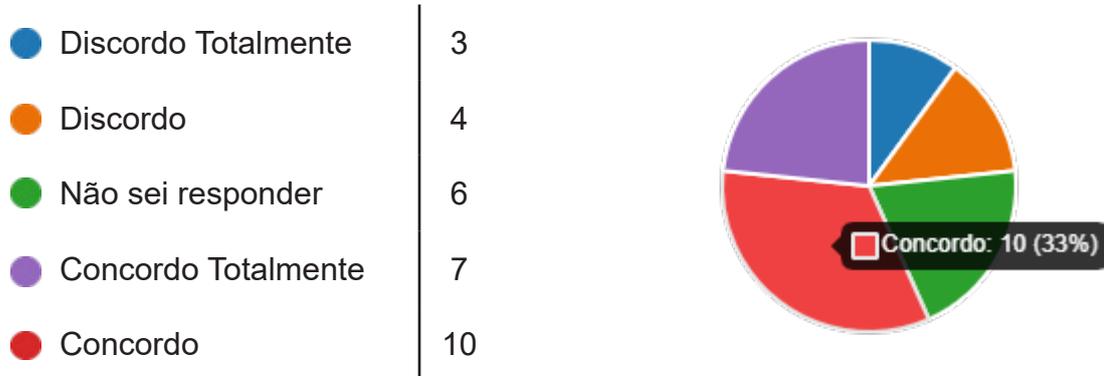
(q) O estágio é condizente com a prática com o mercado de trabalho:

Com já dito anteriormente e reforçando, estágio por si só é um exercício na aprendizagem de funções referentes à profissão será exercida no futuro em que condizentes conhecimentos práticos aos teóricos aprendidos nos cursos. Que de acordo

com a pesquisa concordam (33%, direcionado voltado 10 participantes).

Imagem 17: Dados da Pesquisa

O estágio dá uma prática condizente com o mercado de trabalho:



(r) Dificuldades no início do estágio por falta de conhecimento teórico:

Em análise qual o elevado sobre as dificuldades em relação ao licenciamento, sendo que muitas vezes por questão como: Pouco tempo de observação das aulas ministradas pelo professor regente; Alunos em diferentes níveis de conhecimento; Ausência dos alunos nas aulas e dentre outros fatores. Em relação à pesquisa demonstrou um número alto em Discordam (37%, direcionado voltado 12 participantes).

Imagem 18: Dados da Pesquisa

Sentiu dificuldades no início do estágio por falta de conhecimento teórico:



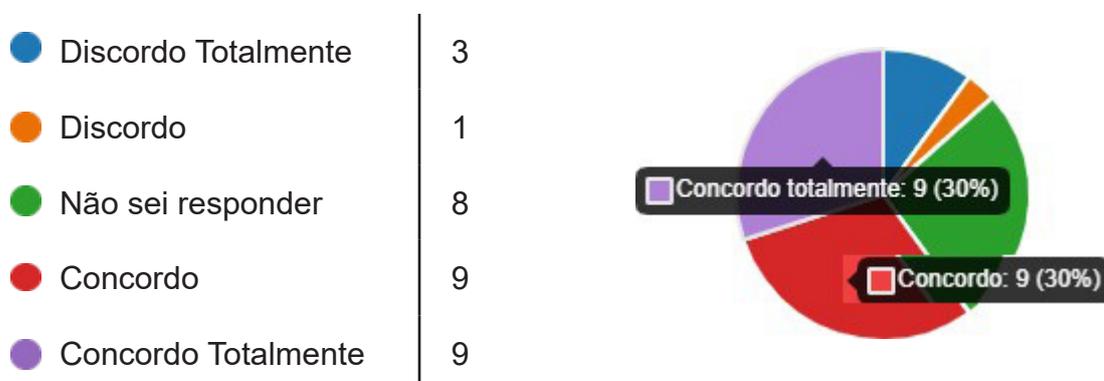
(s) O estágio ajudou no seu crescimento profissional e pessoal:

De acordo com o site Associação Brasileira de Estágios (ABRES), foi constatado que “dentre mais de 14 milhões de estudantes, cerca de apenas 6,8% conseguem estagiar. Esse resultado mais tem a ver com a falta de preparo dos estudantes do que oportunidades para estagiar”. No entanto, as grandes empresas e pequenas empresas querem um aumento de crescimento precisam disponibilizar vagas voltado ao estágio, juntamente para um profissional capacitado. É por meio dessa prática e de certa forma econômica para a empresa e para o profissional se beneficiando uma vez que estará adquirindo experiência. Assim, o gestor da empresa possa fazer a análise dos pontos fortes e estimular cada vez mais o desenvolvimento, oferecendo as condições necessárias para tal. Sendo que demonstrado de acordo com a pesquisa, muitas

vezes isso de fato Concordam e Concordam Totalmente (30%, direcionado voltado 9 participantes).

Imagem 19: Dados da Pesquisa

O estágio ajudou no seu crescimento profissional e pessoal:

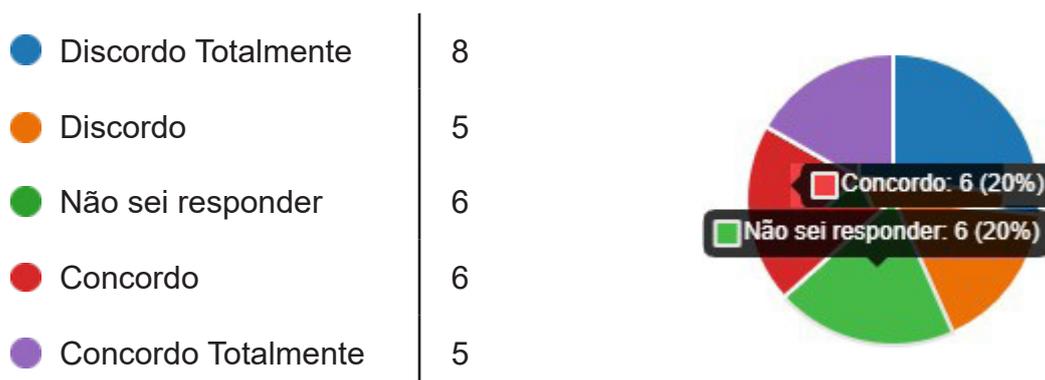


(t) É possível ingressar no mercado de trabalho contábil sem ter passado por um estágio:

A atuação do contador no mercado de trabalho é muito ampla, tendo como já dito nesse artigo, um leque de oportunidades, sendo para ingressar no mercado de trabalho concorrido. A sim de fato, necessário de fato ter passo no estágio como demonstrar o levantamento alto que Discordam totalmente (27%, direcionado voltado 8 participantes).

Imagem 20: Dados da Pesquisa

Na sua opinião, é possível ingressar no mercado de trabalho contábil sem ter passado por um estágio:



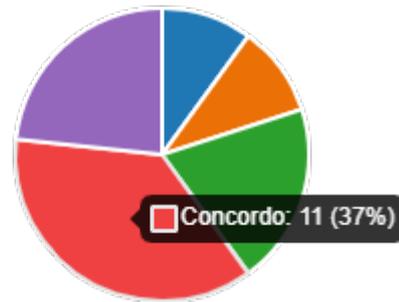
(u) As demandas eram condizentes com o mercado de trabalho da área:

Essa questão voltada, como estar a questão da evolução da profissão, sendo de acordo o que vai se prendendo dentro do local de trabalho condizente com a contabilidade, que em conjunto as novas tecnologias, em que o mercado se tem de forma fundamental de que o profissional seja capaz de interagir facilmente com as ferramentas, onde a busca de qualificação para atender a demanda das organizações. Que nos dados o alto índice em que Concordam (37%, direcionado voltado 11 participantes).

Imagem 21: Dados da Pesquisa

No estágio as demandas eram condizentes com o mercado de trabalho da área:

| | |
|-----------------------|----|
| ● Discordo Totalmente | 3 |
| ● Discordo | 3 |
| ● Não sei responder | 6 |
| ● Concordo | 7 |
| ● Concordo Totalmente | 11 |



(v) Aprendeu mais com a prática do estágio do que na faculdade:

O primeiro contato com o mercado de trabalho já dentro da área de atuação escolhida. Nessa concepção da primeira experiência será marcante na carreira que proporcionar a experiência para construção do mercado que exige. Logo, caso não ocorra isso, sentira uma enorme dificuldade pela frente como profissional contador. Na pesquisa, demonstrou que de fato não sabem responder (27%, direcionado voltado 8 participantes).

Imagem 22: Dados da Pesquisa

Aprendeu mais com a prática do estágio do que na faculdade:

| | |
|-----------------------|---|
| ● Discordo Totalmente | 2 |
| ● Discordo | 7 |
| ● Não sei responder | 8 |
| ● Concordo | 7 |
| ● Concordo Totalmente | 6 |



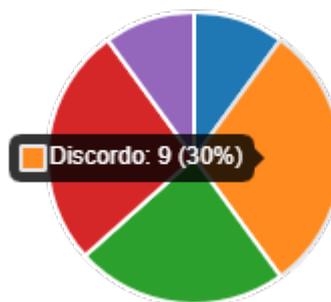
(w) Se houve oportunidade de fazer cursos, palestras etc. disponibilizados pela empresa, de forma que deu para compreender:

Aqui pautado na questão da empresa em aprimorar seus funcionários e recém-chagados demonstrando que a intenção da empresa está na capacitação e não apenas em ter lucro. Que em prática não se vê muito isso nos primeiros momentos no estágio como demonstra pesquisa que discordam um número alto de 30%, direcionado voltado 9 participantes).

Imagem 23: Dados da Pesquisa

Você teve oportunidade de fazer cursos, palestras etc. disponibilizados pela empresa, de forma que deu para compreender:

| | |
|-----------------------|---|
| ● Discordo Totalmente | 3 |
| ● Discordo | 9 |
| ● Não sei responder | 7 |
| ● Concordo | 8 |
| ● Concordo Totalmente | 3 |



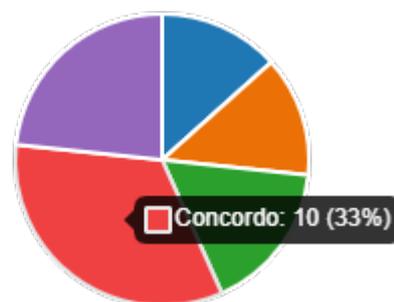
(x) Se houve suporte eficiente no início do estágio para aprender os serviços:

Esse de fato é a parte mais importante da pesquisa, por que nele o aluno estagiário irra por tudo que aprendeu em sala para a prática, logo sabe-se que é necessário ao auxílio, pois sem ele, não tem como desenvolver os novos processos e com o conhecimento adquirido na instituição. Os dados da pesquisa que demonstra o aumento em Concordam (33%, direcionado voltado 10 participantes).

Imagem 24: Dados da Pesquisa

No estágio as demandas eram condizentes com o mercado de trabalho da área:

| | |
|-----------------------|----|
| ● Discordo Totalmente | 4 |
| ● Discordo | 4 |
| ● Não sei responder | 5 |
| ● Concordo | 7 |
| ● Concordo Totalmente | 10 |



5. DISCUSSÃO

Segundo Barros e Limongi (2003) “O estágio, quando é adequadamente concebido, orientado e avaliado, cria e aprimora benefícios tangíveis e intangíveis para o aluno, melhora a qualificação acadêmica; evidencia e aprimora qualidades pessoais; provoca o exercício da orientação vocacional; rompe a dicotomia do saber e fazer; rompe o cordão umbilical com a escola e proporciona uma insubstituível experiência de vida.” Neste sentido, a pesquisa realizada mostrou que, em maior parte, os acadêmicos de Ciências Contábeis estão obtendo um primeiro contato com a esfera profissional adequada aos moldes previstos por autores anteriores, através de programas de estágio que oferecem suporte inicial eficiente (Pergunta 24), e servem como aprendizado ímpar para a vida profissional e pessoal (Perguntas 11 e 12).

Se há uma lacuna responsável pela carência de conhecimentos prévios ou preparatórios à realização de estágios, se faz necessária a perscrutação dos motivos que culminam a isso por parte das instituições de ensino, uma vez que podem estar relacionados a diversos fatores, como a possibilidade da necessidade de uma abordagem mais antecipada sobre o programa de estágio pela rede de ensino através de uma disciplina específica, revisão da eficiência das disciplinas de estágio, ou metodologias adicionais capazes de contextualizar de forma mais eficiente as técnicas ensinadas. Tudo isso de modo a sanar as dificuldades que os alunos venham a se deparar ao ingressar no mercado de trabalho através do programa de estágio, buscando soluções que possam promover uma experiência otimizada que garantirá ao aluno um aprendizado profissional pleno e adequado às propostas essenciais do que se constitui o programa de estágio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as novas formas da prática docente na educação, é necessário capacitar os graduandos para a formação de reflexivos, alunos críticos e criativos, capazes de comprometerem-se com a construção e de forma enriquecedora na prática profissional. Para isso ocorrer, é exigido do graduando, além do domínio da prática contábil, a construção de uma preparação na docência. Uma primeira aproximação por meio do Estágio de Docência, através da prática profissional e promove a aquisição de um saber fazer, de um saber e as consequências das ações pedagógicas e didáticas desenvolvidas no profissional do docente no cotidiano.

Percebe-se que o estágio curricular obrigatório na sua realização, que de forma acadêmica é de grande importância para a atividade. Sendo que, há uma conexão entre Universidade e a formação profissional, sendo através do crescimento pessoal e relacionamento do que foi aprendido. Em relação ao seguimento da pesquisa, verificou-se que a conhecimento obtido por meio do estágio foi de forma satisfatória para os respondentes e a importância atribuída pelos alunos apresentou uma variação na maioria dos itens. Assim, demonstrando apenas as alternativas que se teve o aumento e explicação, como foi relatado nos resultados.

As noções e os caminhos apresentados são frutos dos atores por meio da reflexão sobre a experiência na prática dos entrevistados da disciplina Ciência Contábeis que constitui de foram profundamente para a contribuição da discussão sobre o tema e não esgota o assunto. Outro aspecto a se considerar, que no século XXI, em que de forma significativo no campo educacional, voltado ao Curricular Supervisionado (ECS). Na sala de aula, a imersão no campo do estágio, quer presencial (Alunos e Ex-Alunos), é um indicador que favorece a formação técnica, afetiva e profissional.

Vale lembrar da importância dos alunos, em seu empenho e tão importante para sociedade como o todo, que o Presidência da República Federativa do Brasil, no dia 12 de Setembro de 2008, sancionou a Lei nº 11.788, para submeter (-se) ao regulamento as relações entre escola, empresa e estágio, impondo uma linha que determinasse um limite para o empenho dos alunos nos estágios, e garantindo a eles direitos mínimos, sendo de certa forma muitas vezes para o desenvolvimento clara, detalhada e rigoroso com linhas gerais que pretende realizar.

REFERÊNCIAS:

ABERTAS; Marcas. **Formação Docente e Profissional Francisco Imbernon**. Vintage Blog. 9 Novem. 2021.

ANA CRISTINA DA SILVA, Tome; LAÍS MELO, Lira; BRUNA ISABEL BEZERRA,

Soares. **Estágio Curricular Supervisionado e Formação Docente: Aprendendo com a Pesquisa: Estágio curricular supervisionado: conceitos e definições legais**, Ceara, p. 1-6, 2014.

BECKHAUSER; Sheila Patrícia Ramos, SOUZA; Júlio Cesar Lopes de, PARISOTTO; lara Regina dos Santo, DOMINGUES; Maria José Carvalho de Souza. **Orientação de estágio em administração: aproximando teoria e prática?**. Revista Brasileira de Ensino Superior, CAPA

> V. 3, N. 1 (2017).

BORSSOII, Berenice Lurdes. **Artigos Científicos: E Estágio na Formação Docente: da teoria a prática, ação-reflexão**. Paraná: PR, Cascavel, 2008.

COSTA, Gardênia Feitosa Veras Macatrão. **O estágio curricular e sua eficácia na Educação Superior**. Rede Mebok. 2005.

CUNHA, Chaves; Leila; Vogt, Mara; Tanira Biavatti, Vania. **Contribuições do Trabalho de Conclusão de Curso e do Estágio Curricular para a Aprendizagem: Percepção dos Alunos dos Cursos de Ciências Contábeis**. Contabilidade Vista & Revista, vol. 26, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 57-78

FELDKERCHER, N. (2010). **O estágio curricular supervisionado como componente teórico e prático em cursos de formação inicial de professores**. Revista Espaço Acadêmico, 10(115), 110-116.

FREY, M. R.; FREY, I. A. **A Contribuição do Estágio Supervisionado na Formação do Bacharel em Ciências Contábeis**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 93- 104, 2009.

GOMES. Richard Raiff da costa. **Uma pesquisa sobre a importância do estágio extracurricular (não supervisionado/ não obrigatório) para a formação profissional dos estudantes do curso de ciências contábeis da UFPB**. Trabalho de Conclusão do Curso - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18004>.

IMBERNON, Francisco. **Formação docente e profissional - formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2001.

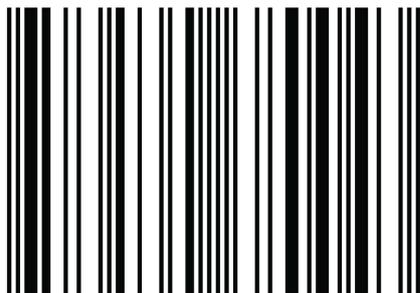
KENSKI, Vani Moreira. **A vivência escolar dos estagiários e a prática de pesquisa em estágios supervisionados**. IN: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes [et al]; PICONEZ, Stela

C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas-SP: Papyrus, 19991.



ISBN: 978-65-6068-004-3

BR



9 786560 680043

